

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISAL

Paulo Roberto Lourenço

Cidadania e Responsabilidade Social: um estudo de caso em uma Organização
não governamental de São Paulo – SP.

Americana – SP

2014

1

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISAL

Paulo Roberto Lourenço

Cidadania e Responsabilidade Social: um estudo de caso em uma Organização
não governamental de São Paulo – SP.

Dissertação apresentada ao Programa
de Mestrado do Centro Universitário
Salesiano de São Paulo - UNISAL,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação, sob a
Orientação do Prof. Dr. Antonio .Carlos
Miranda.

Americana – SP

2014

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISAL

Paulo Roberto Lourenço

Cidadania e Responsabilidade Social: um estudo de caso em uma Organização
não governamental de São Paulo – SP.

Dissertação apresentada ao Programa
de Mestrado do Centro Universitário
Salesiano de São Paulo - UNISAL,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação, sob a
Orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos
Miranda.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 25/02/2014, pela comissão
juladora:

Prof. Dr. Antonio Carlos Dias Junior

Prof. Dr. Francisco Evangelista

Prof. Dr. Antonio Carlos Miranda

Americana – SP

2014

L936c Lourenço, Paulo Roberto.

Cidadania e responsabilidade social: um estudo de caso em uma organização não governamental de São Paulo-SP./ Paulo Roberto Lourenço. – Americana: UNISAL, 2014.

119f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro

Universitário Salesiano - UNISAL – SP

Orientador (a): Prof. Dr. Antônio Carlos Miranda.

Inclui Bibliografia.

Inclui Bibliografia

1. Educação sociocomunitária. 2. Cidadania. 3. Responsabilidade social. I. Título. II. Autor

CDD 370.115

Catálogo: Bibliotecária Carla Cristina do Valle Faganelli CRB-8/9319

UNISAL: Unidade de Ensino de Americana

Dedico esta conquista aos
meus pais Paulo Lourenço e sua grande sabedoria e,
Silvana De Vito Lourenço ao seu amor incondicional.

“Não é preciso ter olhos abertos para ver o sol, nem é preciso ter ouvidos afiados para ouvir o trovão. Para ser vitorioso você precisa ver o que não está visível.”

Sun Tzu

Homenagem a todos os Professores

Resumo

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre responsabilidade social empresarial, realizada em uma OSCIP (Parceiros da Educação) de São Paulo – SP, no intuito de investigar quais os impactos nas escolas participantes do projeto Parceiros da Educação – caracterizada pela prática da Responsabilidade Social Empresarial – podem ser considerados como uma ação de educação sociocomunitária. O objetivo principal é analisar a atuação sócio-comunitária do Parceiros da Educação no contexto das Organizações não Governamentais e da sua atuação social, através de projetos de responsabilidade social. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e num estudo de campo realizado por meio de questionário, entrevista e visitação aplicado para os diretores, coordenadores e facilitadores que participam da OSCIP. Com os resultados do estudo verificou-se que a educação sócio-comunitária, por intermédio do cooperativismo marcado com o comprometimento com a sociedade, visando a transformação social. A OSCIP em questão pode ser caracterizada como uma forma de prática de responsabilidade social.

Palavras-Chave: Educação Sociocomunitária; Cidadania; Responsabilidade.

Abstract

This research presents a study on corporate social responsibility held in a OSCIP (Partners in Education) from Sao Paulo - SP, in order to investigate the impacts in schools participating in the project Parceiros da Educação - characterized by the practice of Corporate Social Responsibility - can be considered as an act of socio-communitarian education. The main objective is to analyze the performance of the socio-communitarian Parceiros da Educação in the context of non-governmental organizations and their social action through social responsibility projects. The study is based on a literature review and a field study conducted by questionnaire, interview and visitation applied to directors , coordinators and facilitators participating in OSCIP. With the results of the study it was found that the socio-communitarian education through the cooperative marked with the commitment to society, aimed at social transformation . The OSCIP in question can be characterized as a form of practice of social responsibility .

Keywords : Education socio-communitarian; Citizenship; Responsibility.

Lista de Tabelas

Quadro 1: diretor idade.....	82
Quadro 2: diretor sexo.....	82
Quadro 3: diretor formação.....	82
Quadro 4: diretor tempo.....	82
Quadro 5: diretor físicas/motoras.....	83
Quadro 6: diretor desenho.....	83
Quadro 7: diretor inglês.....	83
Quadro 8: diretor conhecimentos gerais.....	84
Quadro 9: diretor leitura.....	84
Quadro 10: diretor informática.....	84
Quadro 11: diretor matemática.....	85
Quadro 12: diretor português.....	85
Quadro 25: diretor rotatividade.....	85
Quadro 26: diretor falta tempo.....	85
Quadro 27: diretor apatia.....	86
Quadro 28: diretor habilidade.....	86
Quadro 29: diretor avaliação.....	86
Quadro 30: diretor demitir.....	87
Quadro 31: diretor estudante.....	87
Quadro 32: diretor relação.....	87
Quadro 33: diretor desconfiança.....	87
Quadro 34: diretor envolvimento.....	88
Quadro 35: diretor sociais.....	88
Quadro 36: diretor estrutura.....	89
Quadro 37: diretor valores.....	89
Quadro 38: diretor comunitário.....	90
Quadro 39: diretor sig.....	90
Quadro 40: diretor pedagógica.....	90
Quadro 41: diretor plano.....	90

Quadro 42: diretor lab.....	91
Quadro 43: diretor aquisição.....	91
Quadro 44: diretor alunos.....	91
Quadro 45: diretor alfa.....	92
Quadro 46: diretor coordenadores.....	92
Quadro 13: facilitador idade.....	95
Quadro 14: facilitador sexo.....	95
Quadro 15: facilitador formação.....	95
Quadro 16: facilitador tempo.....	95
Quadro 17: facilitador física/motoras.....	96
Quadro 18: facilitador desenho.....	96
Quadro 19: facilitador inglês.....	96
Quadro 20: facilitador conhecimentos gerais.....	97
Quadro 21: facilitador leitura.....	97
Quadro 22: facilitador informática.....	97
Quadro 23: facilitador matemática.....	97
Quadro 24: facilitador português.....	98
Quadro 47: facilitador falta tempo.....	98
Quadro 48: facilitador apatia.....	98
Quadro 49: facilitador habilidade.....	98
Quadro 50: facilitador avaliação.....	99
Quadro 51: facilitador pais apáticos.....	99
Quadro 52: facilitador desconfiança.....	99
Quadro 53: facilitador envolvimento.....	100
Quadro 54: facilitador sociais.....	100
Quadro 55: facilitador estrutura.....	100
Quadro 56: facilitador valores.....	101
Quadro 57: facilitador comunidade.....	101
Quadro 58: facilitador sig.....	101
Quadro 59: facilitador apoio.....	102
Quadro 60: facilitador plano.....	102
Quadro 61: facilitador lab.....	102
Quadro 62: facilitador professores.....	103
Quadro 63: facilitador desempenho.....	103

Quadro 64: facilitador reforço.....	103
Quadro 65: facilitador alfa.....	104
Quadro 66: facilitador continuada.....	105

Lista de Ilustrações

Gráfico 4: facilitador sociais.....	37
Gráfico 5: facilitador estrutura.....	37
Gráfico 1: facilitador estrutura.....	38
Gráfico 2: diretor estrutura.....	39
Gráfico 3: facilitador continuada.....	44
Gráfico 6: diretor valores.....	44
Gráfico 7: diretor comunitário (quadro 38).....	45
Gráfico 8: facilitador valores (quadro 56).....	45
Gráfico 9: facilitador comunidade (quadro 57).....	46

Lista de Siglas e Abreviaturas

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

ONG – Organização não Governamental

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

SIG – Sistema Informatizado de Gerenciamento

Memorial

Buscando em minhas memórias os motivos para a construção desta dissertação.

Uma das primeiras lembranças que tenho da escola era da figura doce das professoras dos primeiros anos, que tratavam nós alunos como pessoas de suas famílias. Lembro do esforço contínuo de oferecer as melhores aulas, com o melhor conteúdo, e, claro, como crianças não percebíamos a importância daquele empenho, mas hoje reconheço todo o trabalho que estas profissionais faziam em seu dia a dia.

Entre minhas influencias para escolher esta área (docente) tão desafiadora está o meu pai Paulo Lourenço, que participou de um projeto na extinta FEPASA de treinamento de qualidade para todos os colaboradores da empresa, onde viajou toda a linha férrea ministrando aulas de qualidade total. Em uma dessas viagens (tinha 10 anos na época) eu o acompanhei e percebi a importância daquele trabalho que meu pai exercia e o quanto ele era querido pelos participantes. Aquilo ficou em minha memória.

Passado anos, cheguei ao momento de escolher o que eu queria para o meu futuro e, com o modismo da tecnologia, fiz um ensino médio técnico de processamento de dados, hoje chamado de técnico em informática. Em meus estágios e trabalhos na época, por causa da minha habilidade em comunicação, sempre pendia para a área de vendas na qual eu poderia oferecer maior rendimento para as empresas. Por isso a minha escolha de fazer uma graduação em marketing onde conheci grandes professores e que já me diziam que eu tinha alguma habilidade para ministrar aulas.

Após minha conclusão da graduação, fui convidado por um grande amigo a fazer uma MBA em Gestão estratégica com foco em pequenas e médias empresas, sendo que já nessa época iniciava meus trabalhos como consultor em marketing em algumas empresas. Este que me fez o convite já me dizia sobre a minha habilidade de falar em público e, após o término da MBA, fiz um estágio na Argentina sobre negócio, sendo nesse seminário que percebi que poderia iniciar minha carreira como professor.

Na volta do seminário, fui convidado por esse grande amigo para ministrar uma disciplina num projeto social em Jundiaí, para adolescentes a encontrar o primeiro emprego. Nessa experiência eu percebi que tinha um trato especial com os alunos, da mesma forma que eu era tratado em meus primeiros anos de escola.

Um fato importante que me fez entender a importância de tratar bem as pessoas foi a minha experiência trabalhando na associação de aposentados e pensionistas de Jundiaí. Naquele momento, eu aprendi a ser paciente, entendi a importância de saber escutar e contar uma boa história.

Após o término do meu contrato como professor do projeto social e tendo reconhecido que esse ofício seria a minha escolha para a vida, resolvi dar continuidade enviando meu currículo para várias faculdades, quando uma faculdade em Mogi Mirim me deu a primeira oportunidade como professor universitário.

Dentro dessas experiências como professor universitário percebi que deveria aprofundar mais meus conhecimentos em educação, vendo que ser professor exige grande responsabilidade na formação de novos profissionais. Decidi, então, fazer um mestrado em educação e entre as escolhas, a melhor opção foi o Unisal em Americana, que poderia me oferecer o conhecimento que buscava.

Como aluno especial, conheci em minha primeira aula o Prof. Miranda e já no primeiro momento decidi que seria meu orientador, por ser uma pessoa amável e dedicada com os seus alunos.

Entre tantos desafios empolgantes, como os novos conteúdos que eu nunca tinha aprendido por ter uma formação em marketing, o maior de todos os desafios foi de desenvolver meu projeto para concluir o curso com a dissertação. Entre as mudanças do tema para o meu estudo, chegamos ao objetivo de estudar os empresários que atuam socialmente nas escolas públicas, e, entre as opções pesquisadas, a melhor escolha foi a Parceiros da Educação, que tinha todas as características preciosas para o desenvolvimento do meu projeto. Não posso esquecer de mencionar a Coord. Mônica Guerra que com tanta atenção e carinho abriu as portas da OSCIP e me forneceu todas os dados que eu precisei.

Hoje, vejo que iniciei uma história de transformação no Unisal, iniciado como aluno especial em 2011, depois, no final desse mesmo ano, entrando como aluno regular, e, em 2013, finalizando esta etapa com o sentimento que a busca de conhecimento para ser professor não tem fim.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	2
1. Terceiro setor, responsabilidade social empresarial e escolar na visão sociocomunitária.....	4
1.1. A reforma do Estado para o Estado mínimo na sociedade Brasileira e a necessidade do terceiro setor.....	4
1.2. Responsabilidade Social Empresarial na educação.....	11
1.3. Responsabilidade social e as primeiras aproximações na Educação Sociocomunitária.....	17
2. A ATUAÇÃO DO PROJETO “Parceiros Da Educação” em São Paulo.....	22
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	28
4. RESULTADOS DA PESQUISA.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXOS.....	56
APÊNDICES.....	70

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os conceitos de responsabilidade social empresarial (RSE) através do projeto “Parceiros da Educação”, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Este tipo de projeto viabiliza as iniciativas sociais das empresas para a sociedade.

No Brasil, as entidades conhecidas como ONGs, classificadas como terceiro setor; são constituídas sob a forma jurídica de associações e de fundações privadas. Normalmente, são identificadas como ONG, OSCIP, Institutos, Instituição, etc. Segundo Gonçalves (1999 p. 2), “ONG é o que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum”. Neste contexto, Costa (2008) descreve:

“Sabemos que o homem tem desenvolvido ao longo da sua história ações filantrópicas e humanitárias, individuais ou em grupos, segundo os valores e objetivos sociais que lhes são comuns. Muitas destas tornam-se mais evidentes em face às catástrofes naturais que destroem comunidades, e dos efeitos sociais causados pelas guerras e/ou ataques terroristas; situações que podem causar vítimas e gerar novas demandas sociais” (pg. 241).

A história de parcerias empresa-escola começa em 1991, com a primeira parceria realizada entre a empresa Porto Seguro Seguros e uma escola pública na Comunidade Paraisópolis em São Paulo, projeto social que atua no auxílio na conservação do patrimônio público e na assessoria pedagógica para os diretores, coordenadores, professores e alunos da escola (educaparacreser, 2013). Em 2004, ao conhecer o projeto da Porto Seguro Seguros, o empresário Jair Ribeiro estabelece sua primeira parceria com uma escola (Escola Estadual Luis Gonzaga Travassos da Rosa). A partir de seu envolvimento com esta Escola, Ribeiro junto com uma equipe de especialistas desenvolve um modelo de auxílio da conservação e reforma da escolas públicas, assessoria pedagógica para diretores, coordenadores, professores e alunos de parceria para ser replicado em outras escolas públicas e, em sequência, ele mobiliza

outros empresários a estabelecer parcerias. Diante desse contexto, nasce a Parceiros da Educação uma associação sem fins lucrativos, certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de interesse Público), que promove e monitora parcerias entre empresas/empresários e escolas da rede pública, e que oferece apoio complementar para o contínuo nas escolas participantes.

Com isso, coloca-se o problema da pesquisa: quais os impactos nas escolas participantes do projeto Parceiros da Educação na cidade de São Paulo podem ser considerados como uma ação de educação sociocomunitária?

Dessa forma, esta dissertação se justifica pela proeminência de estudar as facetas que o Parceiros da Educação tem nas instituições de ensino participantes do projeto e, como objetivo geral, analisar as possíveis atuações sociocomunitárias.

Os objetivos específicos são:

- Caracterizar responsabilidade social empresarial;
- Identificar a relação do Projeto “parceiros da educação” com as características Sociocomunitária;
- Identificar qual é o impacto da ação de uma OSCIP nas escolas participantes.

O trabalho se apresenta como um estudo de caso de uma empresa do terceiro setor Parceiros da Educação, que atua no auxílio de diversas escolas do estado de São Paulo.

O projeto em estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, são discutidos os conceitos sobre terceiro setor e a reforma do Estado, a responsabilidade social empresarial e a educação sociocomunitária, e como funcionam as estruturas das organizações não governamentais que atuam em parceria com empresas privadas. No segundo capítulo, se discute as possíveis atuações sociocomunitárias do projeto “Parceiros da Educação”. O terceiro capítulo apresenta os resultados de pesquisa realizada com os diretores e facilitadores das escolas que participam ou participaram do projeto “parceiros da educação”. Para fechar a pesquisa foi realizado um capítulo

discussões colocando em pauta os reais impactos do projeto e uma conclusão indicando os pontos relevantes e não importantes do estudo.

1. TERCEIRO SETOR, RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E ESCOLAR.

Nossa sociedade nos últimos anos vem alterando sua estrutura familiar, religiosa, governamental, tecnológica, artística, econômica e principalmente a educacional, e com isso, as escolas tem um papel mais do que o de ensino, ela se torna um apoiador às famílias e grupos que buscam novas oportunidades de crescimento e melhoria de suas vidas, principalmente para a inclusão social.

Ações sociais do terceiro setor são aplicadas em diversas áreas de nossa sociedade introduzidas nas décadas 1970, 80 e 90, através da promoção de parcerias entre o poder público e organizações do setor privado de vários segmentos.

Neste capítulo busca-se abordar e discutir os conceitos de responsabilidade social empresarial, “responsabilidade social e a escola”, e “educação sociocomunitária” num contexto de mudanças do século XX.

1.1.A REFORMA DO ESTADO PARA O ESTADO MÍNIMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A NECESSIDADE DO TERCEIRO SETOR.

Neste capítulo abordaremos sobre a concretização do terceiro setor por intermédio das ONGs na década de 90.

Diante da situação de suposta crise do Estado na década de 90, temos entre os fatos o Neoliberalismo que visa ampliar sua eficiência e capacidade de regulação do Estado gerando uma ação de combate à situação apresentada na época onde “num aparente acordo global que foi penetrando capilarmente no senso comum das administrações governamentais “latino americanas” (GENTILI,1998)

No estudo de Antonio Carlos de Moraes:

“Para Anderson (1995: 9), O Caminho da Servidão (1946), de Friedrich Hayek, escrito em 1944, marca o nascimento do

neoliberalismo na Europa e na América do Norte. Onde, Hayek é contra o planejamento econômico coletivista do Estado, predominante, segundo o autor, nas sociedades alemã e italiana, além das sociedades socialistas, no período que antecedia e durante o próprio transcurso da Segunda Guerra Mundial”.

Com o diagnóstico do governo brasileiro em relação a crise, em 1995, afirmando que está no Estado o problema e não no capital, e para conter a situação entre as estratégias do governo o projeto de reforma do Estado apresentado pelo MARE (ministério de administração e reforma do Estado). De acordo com o documento, a

“reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, MARE, 1995, p. 12). “

E nesse sentido, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, MARE, 1995, p.11), e, por isso, as políticas sociais foram consideradas serviços não-exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada.

“O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14). “

Dentro da justificativa do Estado de que o problema é a crise fiscal interpretamos que isso é apenas uma faceta da real crise que está no capital onde toda a estratégia de reforma do Estado só resolve parte do problema que se refere às políticas sociais.

A reforma do Estado implementada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado e implementado a partir de 1995 na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, estaria presente, também no documento produzido pela CEPAL em 1992, sob o título de “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”, portanto, esse documento trouxe as bases da reformulação da Educação Básica e da gestão escolar introduzida na década de 90: “O Estado administrador, provedor, benevolente de recursos deve ser substituído pelo Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas de médio e longo prazo”. (CEPAL, 1995). Onde documento enfatizava a necessidade de reformas administrativas que operassem uma transmutação do Estado administrador e provedor para um Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas. Para tanto, “recomendava que se conjugassem esforços de descentralização e de integração, o que pode ser traduzido em desconcentração de tarefas e concentração de decisões estratégicas” (SHIROMA et all, 2002),

Denota Zanardini (2001) que:

“a reforma do Estado é orientada pelas proposições de alguns organismos multilaterais, tal como o Banco Mundial, que, ao encarregar se da materialização de uma dada política econômica e social, aparece preocupado com a incapacidade de investimento e gestão do Estado. Para responder a esta preocupação, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD publicou, em 1997, um relatório sobre o desenvolvimento mundial com o título “O Estado num mundo em transformação”, no qual afirma a necessidade de um Estado efetivo, capaz de superar os limites que o modelo anterior impôs para sua capacidade de gerar desenvolvimento”. (pg. 247)

A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir a sua atuação para superar a crise, onde o mercado é que deverá superar as falhas do Estado, tornando mesmo mais produtivo e eficiente. Com defronta os autores Mészáros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989), defendem a tese contrária onde à crise atual se encontra na estrutura do capital. As estratégias de superação da crise como o Neoliberalismo, a Globalização, a Reestruturação Produtiva e o terceiro setor é que estão redefinindo o papel do Estado.

Para a teoria neoliberal a crise está no Estado e, portanto é preciso reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deve superar as falhas do Estado, assim, superando a crise e tornando-se produtivo. Conforme Moraes (2001):

“O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para outras instituições sociais. Assim a pretensão destes analistas [neoliberais] é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). É o que chamam de economia constitucional, uma nova teoria do contrato social, que proporcione uma reconstrução da ordem social e política” (MORAES, 2001, p. 49).

No instante que há uma redução da atuação governamental alguns autores destacaram suas impressões sobre o Estado mínimo entre eles destaca-se Bresser-Pereira (2001), conta que:

“no domínio dos serviços não exclusivos, a definição do regime de propriedade é mais complexa. Se assumirmos que devem ser financiados ou fomentados pelo Estado, seja porque envolvem direitos humanos básicos (como educação e saúde), seja porque implicam externalidades envolvendo economias que o mercado não pode compensar sob forma de preço e lucro (educação, saúde, cultura e pesquisa científica), não há razão para serem privados por outro lado, destaca que, uma vez que não implicam o exercício do poder do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Sem não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado nem de ser propriedade privada, a alternativa é adotar-se o regime da propriedade pública não estatal, isto é, utilizar organizações de direito privado mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. “Propriedade pública” é aqui utilizado no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos e que não visa ao lucro; “não-estatal”, no sentido de que não é parte do aparelho do Estado”. (pg. 327,328)

Outra visão sobre o Estado mínimo e a reforma do Estado Behring (2008) coloca que “a explicação da crise contemporânea assentada exclusivamente como crise do/no Estado, expressa uma visão unilateral e monocausal que empobrece o debate.” E assim é tratado como um contra-reforma “que mantêm a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta.”

De acordo com a mesma autora:

“Trata-se de uma contra-reforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. Que linhas gerais são essas? As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. (BEHRING, 2008, pg. 58,59).

Na mesma linha de raciocínio, Coutinho corrobora na premissa de contrareforma:

“Trata-se, na verdade, de uma “contrareforma”, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da “modernização”, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais; e, por outro, em nome da “privatização”, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da “mundialização do capital”. (COUTINHO, 2000, pg. 123).

No Brasil as estratégias de reforma do Estado buscou a terceirização que é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio que:

[...] não significa que as organizações estatais e aquelas transformadas em organizações públicas não estatais (organizações sociais) passem a ser julgadas pela quantidade de recursos que logrem obter da venda de seus serviços, visto que muitas dessas organizações não vendem nem devem vender serviços, mas apenas

que os parâmetros utilizados pelas agências e organizações sociais para avaliar seus resultados não são definidos apenas nos contratos de gestão; são também comparados com os de outras agências ou organizações similares que, desta forma, “competem” entre si” (BRESSER-PEREIRA, 1997, pg 24).

O objetivo estratégico do governo aparentemente seria uma proposta de Estado mínimo, configura-se:

“[...] as políticas sociais foram consideradas serviços não exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada. O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não estatal (sem fins lucrativos)” (PERONI, 2007, pg. 14).

Importante destacar que o Plano de Reforma do Estado no Brasil tem influências do neoliberalismo, em sua estratégia de privatização que é a parte do plano, e neste redesenho, verificamos que o “Estado se retira da execução e permanece com parte do financiamento (propriedade pública não-estatal), mas também, o que permanece sob a propriedade do Estado passa a ter a lógica de mercado na gestão (quase-mercado)”.(PERONI, 2007)

Para Gentili e Silva, 1995 “as operações centrais do neoliberalismo, em particular, no campo educacional, consistem em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas e com isso os problemas sociais não são tratados como questões políticas”, por isso, as ações do terceiro setor devem ser colocadas em prática para manter viva a mentalidade que o Estado não está desvinculado de suas responsabilidades básicas, Educação, Saúde entre outras.

Com toda essa situação o neoliberalismo gerou para a sociedade, afirma Freitas (2005), que:

“o cidadão comum à luta pela sobrevivência diária retira-o do envolvimento e das preocupações com o outro, com as instituições, com os valores, com os princípios, com o coletivo. Dessa forma, enfraquece movimentos sociais, instancias coletivas de luta, associações de interesses, partidos, enfim, fragmenta e mergulha o indivíduo em um profundo narcisismo. Esse “salve-se quem puder” conduz uma parte dos jovens à marginalidade, à fragmentação deles em microgrupos, gangues e outras formas de agrupamento, que compensam a falta de proteção do Estado (na esteira do Estado mínimo e do fim do Estado de bem-estar social) e criam ambientes auto protegidos e cada vez mais violentos”. (pg. 22)

Freitas (2005) também pondera uma temática que será necessário um esforço empreendido na última década em relação ao tema neoliberalismo para uma mudança de forças e estratégias para resgatar na educação do Estado um caminho ideal de desenvolvimento.

Onde:

“Se antes era possível industrializar o país sem a universalização da educação básica e com um rápido treinamento em serviço, hoje, para a CNI, isso já não mais é logo possível. Logo, a educação básica, de utopia nefasta no padrão fordista, é transmutada numa necessidade imperiosa para a consecução do padrão flexível e para a inserção competitiva da economia brasileira nos mercados globalizados” príncipe (RODRIGUES , 1998 p. 271)

E continua:

“A educação foi chamada a resolver as demandas da industrialização fordista, a educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível. Em suma, até agora, a educação vem sendo usada como álibi para os rejeitos de toda a ordem de produção capitalista.” (RODRIGUES , 1998 p. 272)

A proposta neoliberal se traduz numa redução dos gastos públicos que se faz nas reformas administrativas, econômicas e políticas do Estado, assim numa país em desenvolvimento onde ainda existem áreas que não são bem estruturadas a sociedade civil se articula para garantir seu bem-estar.

Uma OSCIP, art. 1º - Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999 (Anexo I), qualifica-se como “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta lei”.

Na publicação do AS/GESET BNDES (ANEXO I), (2001):

“A Lei 9.790, de março de 1999, também conhecida como novo marco legal do terceiro setor, introduziu importantes alterações, dentre as quais se destacam: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público (ONG), inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos. É bom lembrar que apesar das mudanças significativas, as qualificações anteriores das instituições do terceiro setor - certificado de fins filantrópicos e título de utilidade pública federal - continuam vigorando concomitantemente”.

Para entendermos melhor o terceiro setor Rothgiesser (2013) exemplifica como “iniciativas privadas que não visam lucros e iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado” e para Fernandes (2002), é definido como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo e expressa bens e serviços públicos, nesse caso implica uma dupla qualificação, não gera lucros e responde a necessidades coletivas”.

Os teóricos da Terceira Via compartilham com os neoliberais, que a crise está no Estado e que a superação da crise para os neoliberais é a privatização e para a Terceira Via é o Terceiro Setor, onde os dois buscam diminuir o poder do Estado, julgando que é o único caminho para garantir o desenvolvimento sadio da nação.

E, nesse contexto, é importante refletir que a posição desta OSCIP em estudo é de não eliminar o Estado de seu papel, onde o mesmo tem a obrigação de manter seus serviços básicos para a comunidade.

1.2. Responsabilidade Social Empresarial

Neste capítulo buscaremos abordar os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial e suas contribuições para a pesquisa realizada.

Lembrando que um empresário é um cidadão que compõe a sociedade e com dever, ele deve participar no desenvolvimento da comunidade que ele participa e para Martins (2000), cidadania é a:

“[...] participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação. (pg. 58)

As ações consideradas cidadãs

[...] são aquelas que terão como objetivo fundamental a contraposição à direção e dominação imposta na sociedade de classes. Os cidadãos serão aqueles que, passando por um processo educativo que os leve a superar a condição de indivíduo, efetivamente projetar-se-ão na luta política, pois, conscientes e organizados coletivamente, buscarão a transformação das estruturas que produzem e reproduzem a desigualdade entre as classes sociais. (MARTINS, 2000, pg. 97)

Outro autor que expressa bem o significado de ser cidadão é Saviani (2008, p. 3), que “é participar ativamente da vida da cidade, é necessário o ingresso na cultura letrada, sem a qual não se chega a ser sujeito de direitos e deveres”. Assim, a busca da equidade social, Marshall (1967, p. 57) coloca que a “cidadania contrapõe-se às desigualdades e sua expressão nas classes sociais, para ele, a participação dos indivíduos nas instâncias sociais, em busca de leis iguais para todos, pode contribuir para a queda das desigualdades do sistema de classes sociais”.

Sendo assim, o cidadão/empresário que escolhe exercer sua cidadania nas escolas de sua comunidade deve agir dentro da responsabilidade social e para isso, o Instituto Ethos e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, visando à melhoria da qualidade da educação elaborou o manual “O Que as Empresas Podem Fazer Pela

Educação”, o qual orienta o poder público e a sociedade civil ao desenvolvimento de ações para a prática de Responsabilidade Social na educação para os empresários, onde os principais tópicos desse manual são: A - Dia-a-dia escolar; B - Reforço Escolar; C – Esportes; D – Arte; E - Saúde e Qualidade de Vida; F - Instalações e Equipamentos; G - Formação de Docentes; H - Produção de Materiais Didáticos; I - Profissionalização de Jovens; J - Políticas Públicas de Educação (INSTITUTO ETHOS, 2013, pg).

O papel da escola é garantir a aprendizagem de todos os alunos, através da elaboração de um projeto educativo de qualidade conforme a Constituição Brasileira, a finalidade da educação é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, Art. 205 e LDB, Art. 2º).

Assim é suficiente afirmar:

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícilimo, mas é possível. A educação não é a chave para transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, 1995, pg. 74)

Schroeder e Schroeder (2004), em suas pesquisas, contaram sobre as raízes históricas da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) onde a condição humana e social era colocada em segundo plano onde o objetivo principal era de obter lucro, e que o Estado era o responsável do bem estar da população, porém a baixa qualidade do serviço gerou dificuldades em atender a sociedade. Dessa forma, estrategicamente, foram articulados modos para que as empresas geradoras de riquezas materiais pudessem assumir parcelas da responsabilidade com a sociedade surgindo a RSC e Drucker (1995) também afirmou sobre a ineficiência do Estado em promover o bem estar social e aborda que a partir dessa ineficiência, gerou-se essa preocupação com a RSC.

O Tema RSC começou a ser debatido na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa, começando por problemas sociais e nos últimos anos somados as questões sobre ética e moral nas empresas (Calixto, 2007). No Brasil o tema vem sendo discutido também no início de 1960.

Mas o que é Responsabilidade Social Corporativa? Existem muitas definições sobre esse tema na academia e no campo empresarial. E a definição de RSC ainda está em construção (ASHLEY, 2002).

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a RSC é

“a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (Instituto Ethos, 1999, pg. 16)

Ashley (2002) aborda a RSC como um compromisso da empresa com a sociedade, através de atos e atitudes que a afetem de forma positiva.. Ashley (2002) também mostrou os vetores da responsabilidade social, que são: apoio ao desenvolvimento da comunidade em que atua preservação do meio ambiente, investimento no bem-estar e no ambiente de trabalho dos funcionários, transparência na comunicação, gerar retorno aos acionistas, ter sinergia com os parceiros e satisfazer os clientes e consumidores.

E dentro desse contexto de cidadania a Responsabilidade social Empresarial norteia as ações que beneficiam a sociedade que é acolhida pelos empresários e suas empresas em diversas áreas de atuação social como a economia, educação, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, cultura entre outros. Essas ações possibilitam a criação de programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a comunidade e empresa, gerando qualidade de vida, segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2013):

“Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode e/ou não deve, ser norteada apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também pelos outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral”.

Outro que descreve responsabilidade social é Cabral-Cardoso (2002) onde afirma que:

“o conceito de responsabilidade social deve ser entendido em dois níveis. O nível interno, o qual está relacionado com os trabalhadores e, mais genericamente, a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados. O nível externo tem em conta as consequências das ações de uma organização sobre os seus componentes externos, nomeadamente, o ambiente, os seus parceiros de negócios e meio envolvente. Num contexto da globalização e de mutação industrial em larga escala, emergiram novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores”.

Na visão empresarial a “responsabilidade social no mundo dos negócios consiste na obrigação da empresa de maximizar seu impacto positivo sobre os “Stakeholders”¹ e em minimizar o negativo” (FERREL, FRAEDRICH, FERREL, 2001). Para Carrol (1979) há quatro tipos de responsabilidade social: legal, ética, econômica, filantrópica:

“A dimensão legal implica cumprir as leis e regulamentos promulgados ou baixados pelo governo para estabelecer padrões mínimos de comportamento responsável – ou seja, a codificação pela sociedade do que é certo e errado. A dimensão ética da responsabilidade social diz respeito a comportamento e atividade esperados ou proibidos no que interessa ao pessoal da empresa à comunidade e à sociedade, mesmo que não codificados em lei. A responsabilidade social da natureza ética inclui padrões, normas ou expectativas que refletem as preocupações dos grandes stakeholders¹, incluindo, acionistas e a comunidade que se preocupa com o que é equitativo, justo ou está de acordo com o respeito ou a proteção dos seus direitos. A dimensão econômica da responsabilidade social refere-se à maneira como os recursos para a produção de bens e serviços são distribuídos no sistema social onde são levantadas algumas questões como: a maneira como as empresas se relacionam com a concorrência, os acionistas, os consumidores, os empregados, a comunidade e o ambiente físico afeta a economia? A dimensão filantrópica da responsabilidade social diz respeito às contribuições das empresas à sociedade, que espera que elas contribuam para a sua qualidade de vida e bem-estar, ou

1 Stakeholder inclui aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (Savage, Nix, Whitehead, & Blair, 1991)

seja, que proporcionem um alto padrão de vida e protejam a qualidade geral de vida que seus membros desfrutam. Essa dimensão inclui ainda a expectativa de que as empresas contribuam para as comunidades locais”. (FERREL, FRAEDRICH, FERREL .2001, pg. 53,54)

Quando uma empresa tem por intermédio de seu empresário a vontade de atuar em ações sociais dentro da área da educação eles devem ter consciência e conhecimento que existe algumas condutas e informações a serem seguidas onde a educação é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade civil, onde:

“A ação de indivíduos ou empresas não exige os governos municipais, estaduais e federal de suas obrigações, mas pode contribuir para sua efetivação. Além de suprir as necessidades emergenciais, o envolvimento de organizações com o dia-a-dia da escola é um exercício de cidadania e de parceria com o Estado. A ação na escola pública é entendida como participação em causas de interesse social e comunitário. Sem substituir o Estado ou contrapor-se ao trabalho remunerado, reflete a disposição para atuar em questões de interesse coletivo”. (INSTITUTO ETHOS, 1999, pg. 13)

Lembrando que o Estado tem como:

”Organizar os esforços para a manutenção da ordem, da segurança, da prosperidade, do bem estar. Defender a sociedade de agressões externas, Promover a organização da economia (produção e distribuição de bens). Repartir as riquezas, Aplicar a justiça. Garantir a saúde, a educação e a renda do povo. Em um mundo presidido pelo espírito de competição, o Estado é necessário como forma de contenção de abusos e de defesa do mais fraco. Mas, em um mundo civilizado, ele é totalmente dispensável. Desde que, ao invés da competição, haja a colaboração, solidariedade, justiça, tudo de forma espontânea. Que não haja preguiça e nem cobiça. Em suma, que toda pessoa seja virtuosa. Por isso a anarquia é uma condição que não pode ser imposta. Tem que aparecer por si mesma e, assim o estado, os governos, as fronteiras, o dinheiro, a propriedade e muitas outras coisa desnecessárias acabarão por falta de necessidade de uso. Trata-se de uma revolução incruenta de mentalidades, antes de mais nada. Enquanto o Estado ainda se fizer necessário, é preciso

que seu governo atenda os interesses de sua população, o que só é obtido por meio da democracia.(RUCKERT, 2013)”

Responsabilidade social no caso das empresas, “trata não somente do financiamento de projetos sociais no entorno imediato, mas diz respeito, sobretudo, à atitude ética em todas as suas relações: com funcionários, fornecedores, clientes, comunidade, governo e meio ambiente” (INSTITUTO ETHOS, 1999) e se o empresariado pretende atuar no campo social para melhorar as condições de vida das camadas de baixa renda, existe o consenso de que “a educação — e a escola pública — é uma das prioridades” (Instituto Ethos, 1999), para isso, concretizar as ações de cunho social à escola, faz-se necessário ter conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

“[...] servindo como orientação para a prática de responsabilidade social: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas em estabelecimentos oficiais; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia do padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. (Art. 3º, Lei 9.394, de 20 dez. 1996).

A responsabilidade social deve ser disseminada em todas as áreas e a importância da consciência social na comunidade potencializa um Estado para o seu desenvolvimento e prosperidade.

1.3. Responsabilidade social e as primeiras aproximações na Educação Sociocomunitária

Neste capítulo abordaremos a importância de pesquisar as primeiras aproximações sobre o assunto educação sociocomunitária com objetivo de dar cobertura à pesquisa realizada.

Antes de conceituar o que é educação sociocomunitária, devemos conceituar as duas esferas do assunto: comunidade e sociedade e numa primeira visão, “o estudo de uma tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos” (GOMES, 2008 p. 43 - 63), onde segundo (De VRIES apud BRUGGER), entende que comunidade é:

“[...] uma união de vidas e de destinos (família e nação) oriunda da natureza ou resultante, por si, da unidade de sentimentos, e que, por conseguinte vincula intimamente indivíduos entre si, a “comunidade” se constitui na “comunalidade”, na “comum participação num bem” a se manter ou numa necessidade ou comum destino”. (pg. 6)

O conceito de sociedade considerando como totalidade de indivíduos, entre os quais há relações intersubjetivas, ou seja, como “mundo social”, geralmente se liga ao conceito de sociedade como organismo ou “superorganismo” onde a palavra “sociedade” é definida como “conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns e que não unidas pelo sentimento de grupo; corpo social, coletividade (sociedade medieval, moderna, brasileira, capitalista, etc.)” (ABBAGNANO, 2000). e dentro desse “superorganismo” a escola compõe um papel importante na sociedade e onde cada cidadão tem o dever de participar dessa transformação e evolução e isso, pode ser dada no aspecto “que em suas origens históricas a educação sociocomunitária se fundava na articulação de uma comunidade cível – de religiosos e cidadãos comuns – em torno de um projeto educacional, que participou e promoveu transformações sociais em seu tempo e lugar histórico”. (GOMES, 2008)

Para ter um melhor envolvimento sobre o assunto “educação sociocomunitária devemos entender que por definição, o homem é vocacionado naturalmente a viver em grupos, em comunidade, em sociedade: Ele é um ser de relações comunitárias, de relações sociais” (SANTOS, 2007).

Santos (2007) complementa que:

“Por educação comunitária, em princípio, seria a educação realizada numa comunidade para viver em comunidade e realizar-se com a participação desta e para o desenvolvimento desta sem descuidar a

realização da própria pessoa humana. Já a educação social realiza-se na sociedade, para o desenvolvimento da sociedade, ampliando o âmbito da educação comunitária, pois entendemos que a sociedade é a integração das comunidades em um organismo mais vasto, o "mundo social", ou "superorganismo". Em ambos casos a educação individual só se concebe integrada nas duas estruturas, para a própria realização individual. Por isso chamamos de educação sócio-comunitária". (pg. 7)

Dentro desse contexto podemos iniciar o entendimento de educação sociocomunitária:

"assim, numa primeira visão, o estudo de uma tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos e nessa primeira visão, ao buscar essa tática a comunidade concretiza sua autonomia. Buscar mudar a sociedade significa romper com a heteronímia, com ser comunidade perenemente determinada pela sociedade". (GOMES, 2008, pg. 18)

Alguns autores denotam que Educação podem ser separadas em três áreas de atuação (Educação Formal, Educação Não-Formal e a Educação Informal), sendo assim, dentro desse prisma, a educação sociocomunitária pode se enveredar nessas áreas gerando transformação nos alunos impactando na comunidade.

Entre esses autores que definem a Educação em três seguimentos destacamos em educação Formal que em sua definição apontam como "aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado cronológico, gradual e hierarquicamente estruturado" (BIANCONI E CARUSO, 2005)

Já na Educação Não-Formal podemos destacar Gohn (2008) que define como:

"[...] processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou projetos educacionais, fruto da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc". (pg. 7)

E para Educação Informal segundo Brandão (1985, p. 11) define como sendo aquela que está relacionada com o “processo “livre” (não-institucionalizado) de transmissão de certos saberes, tais como: a fala comum a um dado grupo, as tradições culturais e demais comportamentos característicos das diversas comunidades presentes em uma sociedade”.

Como na responsabilidade social tem como objetivo gerar diretrizes de conduta de ações sociais para a comunidade. A educação sociocomunitária visa potencializar a práticas sociais na educação colocando grupos ou indivíduos em ações sociais na educação que precise de algum apoio ou incentivos a melhorias com impactos positivos a sociedade que esse grupo apoiado recebe.

Onde o autor Martins (2007) coloca que a:

“Educação Sociocomunitária atuante nas três esferas da educação delimitada acima como Educação Formal, Educação Não-Formal e Educação Informal pode ser observada em suas ações práticas e nomeadas em vários modelos educativos como “educação para o trabalho”, “educação para a sobrevivência”, “educação para o empreendedorismo” e “educação para o voluntariado” que lidam empiricamente com os problemas da coletividade, envolvem-se com eles, bem como trabalham focalizadamente com as agruras econômico-sociais dos indivíduos e grupos pertencentes às classes subalternas”. (pg. 120)

E a geração de novos modelos educacionais como a “Educação para o trabalho, “Pedagogia Empreendedora” entre outras, são ações transformadoras da sociedade pelo intermédio de “práxis comunitária”, gerando respostas e oportunidade de superação dos problemas que a comunidade enfrenta e sempre lembrando que educação sociocomunitária é um conceito em total transformação, onde Martins (2007), coloca que:

“educação sócio-comunitária ainda não existe; o que acontece nos dias atuais é um processo de aprofundamento da crise da “práxis social” e uma valorização da “práxis comunitária” e da educação dela resultante, a “educação comunitária” em suas mais variadas formas de manifestação. Portanto, a educação sócio-comunitária é um processo a ser construído pelos que lutam para edificar uma outra

realidade sócio-histórica, a partir da própria realidade vivida e mediante a “práxis sócio-comunitária”. (pg. 123)

O processo contínuo do estudo sobre educação sociocomunitária pode contribuir na construção de uma educação mais humanizada podendo gerar cidadãos mais conscientes para a comunidade do século XXI.

2. A ATUAÇÃO DO PROJETO “Parceiros Da Educação” em São Paulo

Este capítulo aborda a atuação do projeto Parceiros da Educação, uma associação criada em 2006, certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) nas escolas públicas participantes.

Uma OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é de facilitar o aparecimento de parceiros e convênios, lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (anexo I), com todos os níveis de governo público (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. OCIPS são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas.

“A história da Parceiros da Educação se inicia quando o empresário Jair Ribeiro conhece em 2004, um projeto da Porto Seguro Seguros que proporcionava a interação entre empresa-escola com esse conhecimento e inspiração o empresário estabelece sua primeira parceria com uma escola (Escola Estadual Luis Gonzaga Travassos da Rosa) e a partir de seu envolvimento com esta Escola, Ribeiro, junto com uma equipe de especialistas desenvolvem um "modelo" de parceria para ser replicado em outras escolas públicas e, em sequência, ele mobiliza outros empresários a estabelecerem parcerias. Em 2005, em aliança com "empresários parceiros", o Governo do Estado de São Paulo lança o Projeto Empresa Educadora da Secretaria Estadual de Educação (anexo II), que possibilita a formalização de parceria entre empresas/empresários e escolas públicas estaduais. Em 2006, para sistematizar as boas experiências de parcerias vividas até então, um grupo de empresários paulistas cria um "núcleo" para promover e monitorar parcerias empresa-escola pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação²” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

A Parceiros da Educação tem como objetivo facilitar o crescimento das escolas públicas apoiando sua estrutura física, seu corpo docente, a gestão escolas e a integração a comunidade/escola, onde o direcionamento das ações

2 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/historia.php>

são desenvolvidas conforme as necessidades da comunidade por intermédio dos facilitadores do projeto. Hoje o Parceiros da Educação atua em 105 escolas, 95 no Estado de São Paulo, 4 no Rio de Janeiro, 3 em Goiás e 1 no Rio Grande do Sul. Dentre todas as escolas 19 já foram beneficiadas pelo projeto.

Os canais para as primeiras aproximações entre escola e parceiros são por intermédio do site do site do parceiros ou por contato pessoal onde são compartilhadas essas necessidades a partir desse interesse das escolas o projeto busca empresários de preferência aqueles que tem contato com a comunidade onde a escola estão inserida e com isso inicia a atuação social onde, cada escola tem características específicas e necessidades singulares.

“Logo, a Parceiros elabora com a direção e professores um diagnóstico das necessidades de cada escola e cria um plano de ação considerando quatro vertentes: apoio pedagógico, apoio a gestão, interação comunidade/escola e apoio à infraestrutura” (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação³) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

E para conhecer as necessidades da escola a Associação Parceiros da Educação são realizadas reuniões para levantamento de prioridades dentro das quatro vertentes (pedagógico, gestão, físico-estrutural e apoio comunitário) do Programa com grupos de professores, pais, alunos, funcionários e gestores. Com base nesse levantamento o Facilitador elabora um Plano de Ação Anual, que será apresentado ao “Parceiro” para aprovação.

Para ter uma maior interação entre o Parceiros da Educação e Escola participante é contratado um facilitador,

“[...] profissionais com formação pedagógica e experiência em escolas públicas. (Muitos são professores ou diretores aposentados da rede pública, que são capacitados pela Parceiros da Educação) que desempenham um papel de mediador das ações entre o empresário e a escola parceira. A Associação monitora todo trabalho desenvolvido pelos Facilitadores nas escolas, bem como promove

3 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/historia.php>

encontros mensais para a troca de melhores práticas, aperfeiçoamento técnico e realização de avaliações anuais do desempenho dos mesmos. A Associação Parceiros da Educação seleciona profissionais e os apresenta ao "Parceiro", a quem cabe a escolha final. O "Parceiro" sempre pode solicitar a sua substituição caso não considere satisfatórios os serviços prestados pelo Facilitador. Os custos do Facilitador vão diretamente para o "Parceiro" (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação⁴) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

Onde a seleção dos facilitadores tem como critério a experiência na área da educação proporcionando uma maior sinergia nos projetos desenvolvidos nas escolas participantes.

Outro dado importante são os valores que variam entre R\$ 120 a 200 mil/ano por escola,

"[...] dependendo das necessidades da escola e do orçamento do "Parceiro". Os gastos maiores de infraestrutura são geralmente realizados no primeiro ano. Nos demais anos, as despesas devem ser canalizadas, prioritariamente, para a capacitação dos professores e dos coordenadores pedagógicos, manutenção da sala de leitura e de informática, apoio para realização de projetos pedagógicos e avaliações anuais externas de desempenho dos alunos" (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação⁵) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013),

Onde a demanda é centralizada conforme a necessidade apresentada pela escola e APM.

No apoio pedagógico o Parceiros da Educação busca: a) Formação continuada dos Coordenadores Pedagógicos e Professores; b) Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos; c) Avaliação de desempenho dos alunos; d) Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.);

4 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/principio.php>

5 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/principio.php>

e) Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento; f) Manutenção e monitoria do laboratório de informática e da sala de leitura;

Na gestão são definidos os seguintes apoios: a) Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento; b) Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações; c) Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas.

No apoio à Integração Comunidade-Escola o Parceiros da Educação busca: a) Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais; b) Programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional.

No apoio a comunidade “são realizadas várias atividades que buscam maior envolvimento da comunidade com a escola” (parceiros da educação, 2013) como eventos culturais, cursos em diversas áreas para a comunidade e apoio a família com psicólogos, fonoaudiólogos e demais serviços que auxiliam a comunidade mas para isso:

“[...] a comunidade todas as ações da parceria devem contar com alguma contrapartida da escola, dos seus gestores, professores e alunos, para que os investimentos sejam uma conquista da escola onde para ter uma medida de sucesso são avaliações nas escolas avaliadas sistematicamente. Nesse sentido, os alunos das escolas parceiras são avaliados anualmente, e os resultados são a base para as ações pedagógicas a serem implementadas pela escola com o apoio do parceiro” (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação⁶) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

No apoio da Infraestrutura o Parceiros da Educação oferece reforma da estrutura física da escola, priorizando reformas que tenham impacto direto na aprendizagem dos alunos.

Para ter uma maior agilidade o Parceiros da Educação desenvolve um cadastro de interessados a participar do projeto empresários com o perfil

6 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/principio.php>

específico de apoiar as escolas públicas sem interesse em promover sua imagem e nem de sua empresa e com total comprometimento e condições de seguir o projeto até o seu término e nesse tramite:

“a Empresa/empresário escolhe uma das escolas cadastradas pela Parceiros da Educação ou seleciona a área geográfica em que pretende atuar para que seja feito um levantamento de escolas interessadas em parceria. Em seguida, a empresa/empresário, sob a coordenação e monitoramento da Parceiros da Educação, investe recursos financeiros, materiais e humanos, visando, acima de tudo, a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos” (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação⁷) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

A partir do momento em que o empresário (ou empresa) demonstra interesse em estabelecer uma parceria, o processo de parceria segue os seguintes passos: a) Identificação de escolas interessadas em parcerias; b) Avaliação diagnóstica da escola; c) Plano preliminar de ação; d) Seleção de escola pelo empresário; e) Contratação de um facilitador da parceria; f) Levantamento de prioridades junto à comunidade escolar; g) Elaboração de um plano de ação da parceria (feito junto com a escola e comunidades); h) Formalização da parceria; i) Implantação do programa; j) Monitoramento do programa; h) Avaliação externa do programa; l) Premiação e incentivo.

Para a condução do trabalho do Parceiros da Educação é importante colocar que:

“o empresário complementa os investimentos do Estado por meio dos projetos patrocinados. A parceria não visa substituir o Estado na sua responsabilidade de prover educação básica à população, mas sim potencializar os seus investimentos nessa área” (pública, nascendo assim a Associação Parceiros da Educação⁸) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2013).

Para não gerar dependência das escolas ao projeto a parceria trabalha entre três a cinco anos na escola, lembrando que a responsabilidade da

7 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/principio.php>

8 <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/faq.php>

manutenção da escola é do governo e o projeto tem com um dos seus objetivos de fortalecer e preparar a escola participante em sua missão básica de promover a educação aos alunos da escola.

Uma preocupação do projeto é de preparar a escola para o pós-projeto com um programa de palestras e orientações de gestão escolar e motivacional para seguir com o pensamento de sempre buscar o desenvolvimento da escola e para esse contínuo desenvolvimento é fundamental a participação da comunidade gerando sustentabilidade dos trabalhos realizados com o parceiros.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta parte da pesquisa, o foco é mostrar a metodologia escolhida, a técnica utilizada na coleta, onde “metodologia é o percurso percorrido pelo pesquisador para atingir a sua meta” (MINAYO, 2000).

A dissertação utilizou a metodologia para a sua coleta e tratamento de dados, privilegiando a abordagem que preocupa “retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE, 1986). A abordagem descritivo-exploratória de análise identifica as características do fenômeno permitindo a compreensão do objeto a ser investigado, fazendo com que a ordenação e classificação do trabalho social do Parceiros da Educação, gere novos horizontes de estudos que segundo Gil (1999), “visa proporcionar visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo”. Assim, esse tipo de desenvolvimento de pesquisa tem a possibilidade de gerar novos problemas ou novas hipóteses abrindo caminhos para outros estudos.

A decisão na escolha de pesquisar o projeto Parceiros da Educação, veio pela inquietação de conhecer a atuação social dos empresários – neste caso, por intermédio de uma OSCIP, dentro das escolas públicas participantes. Com isso, gerou-se a questão central da pesquisa: quais os impactos nas escolas participantes do projeto Parceiros da Educação na cidade de São Paulo podem ser considerados como uma ação de educação sociocomunitária?

Primeiramente, o projeto deste trabalho foi apresentado numa reunião para a coordenadora pedagógica da OSCIP, que passou a intermediar os contatos com diretores, vice-diretores e facilitadores. Num segundo momento, uma reunião com os 40 facilitadores possibilitou a entrega dos questionários para estes e para seu respectivo diretor de escola. Os questionários preenchidos foram devolvidos à coordenadora pedagógica, que se encarregou de enviá-los ao pesquisador com o prazo de entrega de 15 dias.

Atualmente, o parceiros da educação desenvolve seu trabalho em 105 escolas, 95 no Estado de São Paulo, 4 no Rio de Janeiro, 3 em Goiás e 1 no

Rio Grande do Sul, sendo que 19 já foram beneficiadas pelo projeto. Para participar da pesquisa, foram selecionadas 40 escolas da cidade de São Paulo.

Essas 40 escolas receberam um questionário onde o diretor foi o responsável pelo preenchimento, por este ter uma visão macro da escola. Além disso, foi criado um questionário para os facilitadores de cada escola selecionada, colocando a perspectiva dos representantes dos facilitadores nas atuações do Parceiros da Educação. O questionário para os facilitadores foi elaborado com 25 questões, sendo 24 questões fechadas e 1 questão aberta.

Para complementar os dados dos questionários, foi elaborada uma visitação em 3 das escolas participantes. Nesta visitação, foram coletados dados a respeito da estrutura da escola, da equipe atuante, dos alunos, e da interação entre a OSCIP e a escola, bem como a escola e a comunidade. Esta avaliação foi feita mediante observação e discussão com o diretor, vice-diretor, coordenador e facilitador de cada escola. Os critérios para a escolha destas 3 escolas foram:

- Cada escola com média de 500 a 900 alunos;
- Escolas do ciclo I;
- Escola A: escola com o melhor aproveitamento no desenvolvimento do projeto; Escola B: escola que apresentou maiores dificuldades para o desenvolvimento do projeto; C: escola que não apresentou mudanças durante o desenvolvimento do projeto.

Buscamos objetivar quais os pontos mais relevantes para decidir qual seria o teor das questões e, o mais importante, gerar dados relevantes para a pesquisa.

O questionário para os diretores (apêndice I) das escolas participantes foi desenvolvido com 28 questões, das quais 27 são questões fechadas e uma é questão aberta, com o objetivo de levantar três informações relevantes à pesquisa:

- a) Saber o perfil do profissional que trabalha como diretor nas escolas participantes. Para isso foram selecionadas as seguintes variáveis, a)

idade, b) sexo, c) formação, d) tempo como educador, e) importância dos conteúdos e disciplinas;

- b) Levantar dados informativos sobre a escola participante: a) rotatividade dos professores, b) falta de tempo para o trabalho em equipe, c) apatia dos profissionais da escola, d) habilidade e conhecimento, e) avaliação dos professores, f) dificuldade de demitir, g) estudantes problemáticos, h) pais apáticos, i) desconfiança, j) comunidade, h) problemas sociais;
- c) Obter informações sobre a atuação do Parceiros da Educação nas escolas participantes como: a) apoio pedagógico, b) apoio à gestão, c) integração escola/comunidade, d) apoio à infraestrutura.

Para gerar um contraponto nos resultados obtidos no questionário dos diretores foi desenvolvido um questionários similar para o facilitadores do Parceiros da Educação (apêndice II), com o objetivo de:

- d) Saber o perfil do profissional que trabalha como facilitador nas escolas participantes. Para isso foram selecionadas as seguintes variáveis, a) idade, b) sexo, c) formação, d) tempo como educador, e) importância dos conteúdos e disciplinas;
- e) Levantar dados informativos sobre a escola participante: a) rotatividade dos professores, b) falta de tempo para o trabalho em equipe, c) apatia dos profissionais da escola, d) habilidade e conhecimento, e) avaliação dos professores, f) dificuldade de demitir, g) estudantes problemáticos, h) pais apáticos, i) desconfiança, j) comunidade, h) problemas sociais;
- f) Obter informações sobre a atuação do Parceiros da Educação nas escolas participantes como: a) apoio pedagógico, b) apoio à gestão, c) integração escola/comunidade, d) apoio à infraestrutura.

De acordo com as regras do Parceiros da Educação, os nomes das escolas, diretores, facilitadores, empresários e suas empresas não serão divulgados já que o objetivo do Parceiros da Educação é de ação social e não de divulgação de ações.

Após a entrega, a tabulação foi feita com o software EXCEL, gerando porcentagens precisas dos resultados obtidos nos questionários dos diretores.

Para a visitação após o recebimento dos questionários com o coordenador pedagógico fora agendado 1 visita em cada escola e durante a reuniões com a diretoria do Parceiros da Educação, o projeto foi amplamente exposto e ficou decidido que os nomes das escolas e os nomes dos participantes não seriam revelados por ética, seguindo uma regra básica do projeto parceiros da educação não revelar nenhum nome nem de escolas, nem de empresários e suas empresas com isso, para maior resultado na pesquisa em uma reunião com os diretores do Parceiros da Educação foram selecionadas três escolas participantes para haver uma visitação e com ela gerar um maior entendimento do impacto do projeto nas escolas.

Em cada escola visitadas houve uma entrevista com o diretor, vice-diretor e coordenadores (apêndice 3), perguntas voltada aos impactos do projeto Parceiros da Educação gerar um comparativo com os resultados obtidos nos questionários.

Já nas visitas das três escolas selecionadas buscamos avaliar as seguintes características: A – Identificar os reais impactos das ações que o Parceiros tem sobre as escolas visitadas; B – Gerar informações comparativas com os questionários dos diretores e parceiros.

A visita foi dividida em dois eventos:

1 – Visitação em todas as dependências da escola onde o critério de avaliação da observação se concentrou em: - estrutura da escola; manutenção da escola, gerando uma avaliação geral da escola e os impactos das ações do projeto pesquisado.

2 – entrevista com os diretores, vice-diretores e coordenadores das escolas onde o objetivo era de saber das primeiras impressões que os profissionais tem do Parceiros da educação e seu impacto na escola e comunidades, perfil de alunos e sua comunidade (anexo 3) nas perguntas seguimos com as seguintes variáveis: a) apoio pedagógico, b) apoio a gestão, c) integração escola/comunidade, d) apoio a infraestrutura.

As caracterizações das três escolas foram de escolas que atendem a classe e, d e 20%c, onde na maioria dos professores tem a idade média de 50

anos, com em média 1000 alunos e localizadas em bairros de classe baixa (E, D e C).

A interpretação sobre as respostas e a observação foram realizadas em um texto colocando a percepção do pesquisador gerando um contraponto nos questionários dos diretores e facilitadores do projeto estudado.

4. Resultados da Pesquisa

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada nas escolas participantes do Parceiros da Educação, tendo por objetivo analisar os impactos que a OSCIP gerou nas escolas em questão.

Para o levantamento de dados e interpretações analisamos as respostas dos diretores e facilitadores, uma vez que foram encaminhados 40 questionários para as escolas da grande São Paulo e tendo um retorno de 13 questionários respondidos de diretores e 12 dos facilitadores.

A caracterização do grupo de pesquisa foi de investigar as pessoas que participam diretamente nas decisões das ações do projeto, diretores e facilitadores.

Para os diretores das escolas participantes a realização do questionário foi de apresentar uma visão macro das ações recebida pela OSCIP sendo que em relação a faixa etária (Quadro 1: Resposta da questão 1 diretor) doze dos treze que responderam o questionário tem 1 (7,7%) entre 26 a 35 anos, 3 (23,1%) entre 36 a 45 anos, 4 (30,8%) entre 46 a 55 anos e 4 (30,8%) acima de 56 anos, sendo 11 (84,6%) do sexo feminino e 2 (15,4%) do sexo masculino (Quadro 2: Resposta da questão 2 diretor), com isso gera um questionamento: os diretores mais novos com uma nova formação são mais resistentes na aceitação da OSCIP?

Para a formação (Quadro 3: Resposta da questão 3 diretor) dos diretores temos 3 (23,1%) com graduação, 8 (61,5%) com especialização e 2 (15,4%) com mestrado e sobre o tempo que trabalha com educação responderam entre 12 a 35 anos na carreira (Quadro 4: Resposta da questão 4 diretor).

Para uma análise mais completa foram entregues questionários para os facilitadores para compor os dois lados da pesquisa (escola/OSCIP) caracterizamos os facilitadores como:

Sua faixa etária (Quadro 13: Resposta da questão 1 facilitador) tem 1 (8,3%) entre 26 a 35 anos, 3 (25%) entre 36 a 45 anos, 1 (8,3%) entre 46 a 55

anos e 7 (58,3%) acima de 56 anos, sendo 11 (91,7%) do sexo feminino e 1 (8,3%) do sexo masculino (Quadro 13: Resposta da questão 1 facilitador).

Para a formação (Quadro 15: Resposta da questão 3 facilitador) dos diretores temos 4 (33,3%) com graduação, 8 (66,7%) com especialização e sobre o tempo que trabalha com educação responderam entre 10 a 43 anos na carreira (Quadro 16: Resposta da questão 4 facilitador).

Para avaliarmos as respostas que têm ligação direta com as pesquisas, foram colocadas perguntas sobre a importância dos conteúdos e disciplinas de: atividades físicas/motoras, desenho, inglês, conhecimentos gerais, leitura, informática, matemática e português. Na interação da questão 5 entre diretores e facilitadores, português e matemática são primordiais para o desenvolvimento do aluno, e os outros conteúdos como leitura, desenho, informática, física/motora, inglês e conhecimentos gerais são um complemento para uma formação educacional mais sólida para os alunos que participam do projeto.

A sala de leitura é avaliada como de grande importância nas entrevistas realizadas nas escolas. A construção do espaço e o investimento nas bibliotecas feito pela OSCIP proporcionou um impacto positivo na melhoria do aprendizado dos alunos conforme os resultados no quadro 9 e quadro 21

Para avaliarmos melhor a atuação do Parceiros da Educação buscamos dados sobre os maiores problemas que uma escola enfrenta em relação às suas tarefas, sobre suas tarefas cotidianas quanto as tarefas que visam a melhoria da comunidade (ações sociocomunitárias), como rotatividade dos professores, falta de tempo para trabalho entre professores, apatia dos profissionais da escola, falta de habilidade e conhecimento, falta de avaliação dos professores, dificuldade de demitir professores, estudantes problemáticos, pais apáticos, desconfiança entre professores e pais, falta de envolvimento da comunidade e problemas sociais. Entre essas variáveis foram descobertas:

- A) Rotatividade de professores (Quadro 25: diretor rotatividade) onde 7 (53,8%) das 13 respostas consideram que é “um sério fator” confirmado na entrevista que as escolas tem uma rotatividade grande

de professores, pois eles iniciam sua carreira nas escolas periféricas e buscam mudar para escolas próximas ao centro, gerando uma situação nas escolas periféricas que dificulta as ações sociais de longo prazo.

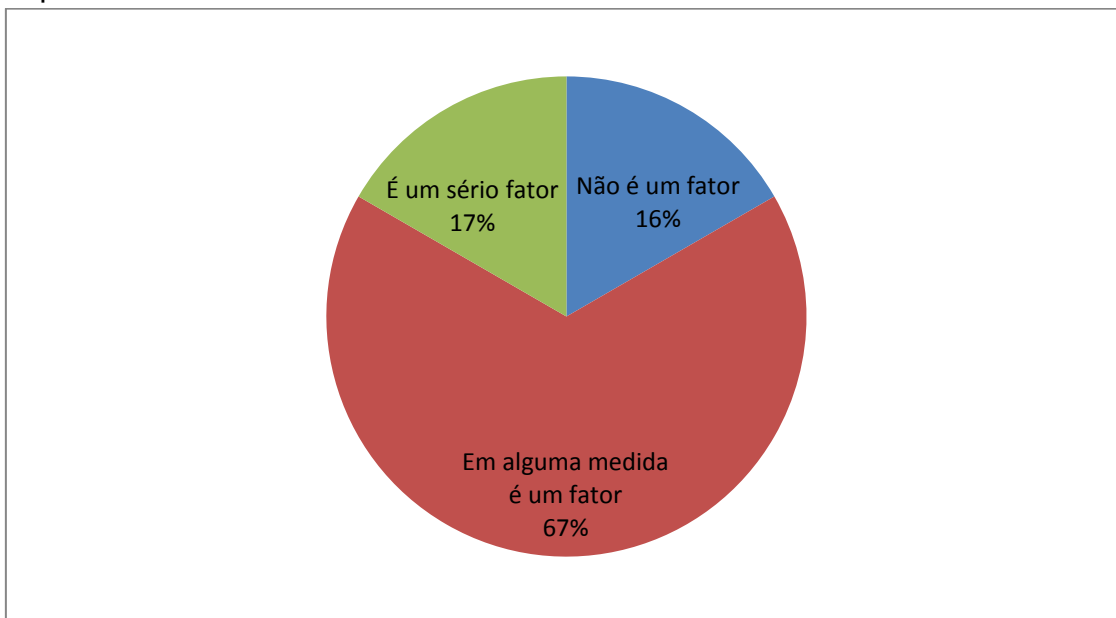
- B) Falta de tempo para trabalho entre professores onde o Quadro 26 indicou que 2 (15,4%) marcou que não é um fator, 4 (30,8%) em alguma medida é um fator e 7 (53,8%) indicou que é um sério fator já o quadro dos facilitadores Quadro 47 colocou que 2 (16,7%) em alguma medida é uma fator e 10 (83,3%) é um sério fator, com isso, tanto para os diretores quanto para os facilitadores o trabalho em equipe tem impacto direto nas ações da escola e com a OSCIP criando atividades em grupo como treinamento, debates e principalmente incentivando o planejamento anual da escola, grandes resultados positivos são gerados na escola e refletidos no aprendizado do aluno.
- C) Apatia dos profissionais da escola o Quadro 27 indica que 9 das 13 respostas colocaram que é um sério fator e no Quadro 48 também de 12 colocaram que é um sério fator e com isso, para qualquer atividade a apatia gera um forte atraso na ações, mas a OSCIP busca trazer cursos que ajudam e motivam os profissionais da escola a desenvolverem atividades com mais vigor, justificados com cursos extras de planejamento, pedagógico.
- D) Falta de habilidade e conhecimento por parte dos professores indicado no Quadro 28 que 6 (46,2%) colocaram que em alguma medida é um fator e 7 (53,8%) é um sério fator e no Quadro 49 dos facilitadores 9 dos 12 respondidos colocaram que é um sério fator e é aqui que a OSCIP tem grande impacto trazendo profissionais para apoiar e ampliar o conhecimento dos professores através de cursos com profissionais capacitados, gerando um resultado significativo no rendimento dos alunos.
- E) Avaliação dos professores/ Diretores / Coordenadores (Quadro 29 e Quadro 53) dentro do foco da pesquisa, a OSCIP não exerce impacto claro nesse ponto.

- F) Demissão de professores no Quadro 30 (diretores) mostrou nove dos 13 entrevistados assinalaram que é um sério fator e por isso, gera maior dificuldade em algumas situações de melhoria na equipe e nas ações sociais da escola.
- G) Estudantes problemáticos e pais apáticos onde no Quadro 31 indicou que 3 considera que não é um fator, 5 indicou que em alguma medida é um fator e 5 indicou que é um sério fator estudantes problemáticos e no Quadro 32 dos sobre relações dos pais mostrou que 7 diretores em alguma medida é um fator e 6 é um sério fator pais apáticos e juntando com a entrevista feita nas escolas foram comentados algumas relações de pais apáticos e possíveis filhos problemáticos – os pais, por não darem a atenção devida aos filhos, podem gerar filhos problemáticos e uma situação de desconfiança entre pais e professores (Quadro 33 onde 3 diretores não considera um fator 5 considera em alguma medida um fator e 4 considera um sério fator a desconfiança entre professores e pais nas escolas participantes).
- H) Falta de envolvimento da Comunidade na escola (Quadro 34 indica que 1 diretor afirmou que não é um fator, 4 afirmou que em alguma medida é um fator e 8 afirmou que é um sério fator a faltar de envolvimento da comunidade e para os facilitadores no Quadro 53, dois afirmou que não é um fator, 8 em alguma medida é um fator e 2 é um sério fator) o impacto causado pelo OSCIP foi a potencialização das ideias das escolas para atrair mais a comunidade para a esta, com eventos mais frequentes para a comunidade, cursos para a comunidade (exemplo curso para fazer bolos e doces, gerando uma renda extra), eventos esportivos para todos da comunidade gerando uma aproximação e simpatia da comunidade pela escola, porém, os facilitadores que responderam não consideram um ponto tão importante para o desenvolvimento da OSCIP.
- I) Problemas sociais na comunidade (Quadro 35 indicado no gráfico 4 e Quadro 54 indicado no gráfico 5) o apoio e os trabalhos sociais que a escola aplica com a ajuda da OSCIP, como eventos e outras ações

citadas no campo H, minimizam os problemas sociais que a comunidade do bairro da escola enfrenta.

Gráfico 4: facilitador sociais

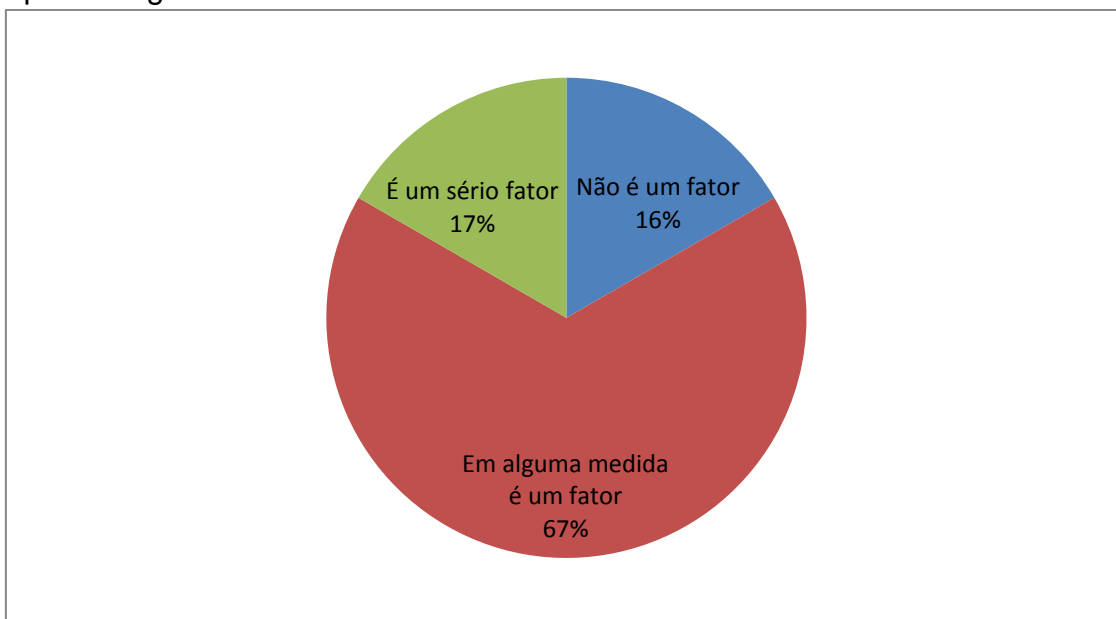
Questão 54. Em que medida problemas sociais na comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 5: facilitador estrutura

Questão 14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Para um melhor entendimento da relação escola-OSCIP devemos avaliar as ações que o Parceiros da educação realiza nas escolas, sempre lembrando que as ações são criadas pelas escolas e apoiada pela OSCIP.

O primeiro passo que a OSCIP faz nas escolas é a reforma da estrutura física da escola para melhor receber os alunos e a comunidade, como a construção da sala de leitura, refeitório e tudo o que a escola necessita. Identificado no quadro 55 e 36 com a pergunta: Na sua opinião, quais os impactos da atuação dos parceiros na melhoria da qualidade da sua escola?

D-4: “1 – Reforma e estrutura física da escola - 2 – Formação continuada dos professores - 3 – Projeto de apoio a comunidade - 4 – Apoio pedagógico aos professores”.

D-10: “Bom, na estrutura física da escola, a parceiro possibilita ótimas mudanças, já os parceiros na parte pedagógica, com cursos, palestras, qualificações e atividades integrativas ajudou muito na interação aprendizagem/conhecimento.”.

Quadro 55: facilitador estrutura

Questão 14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?

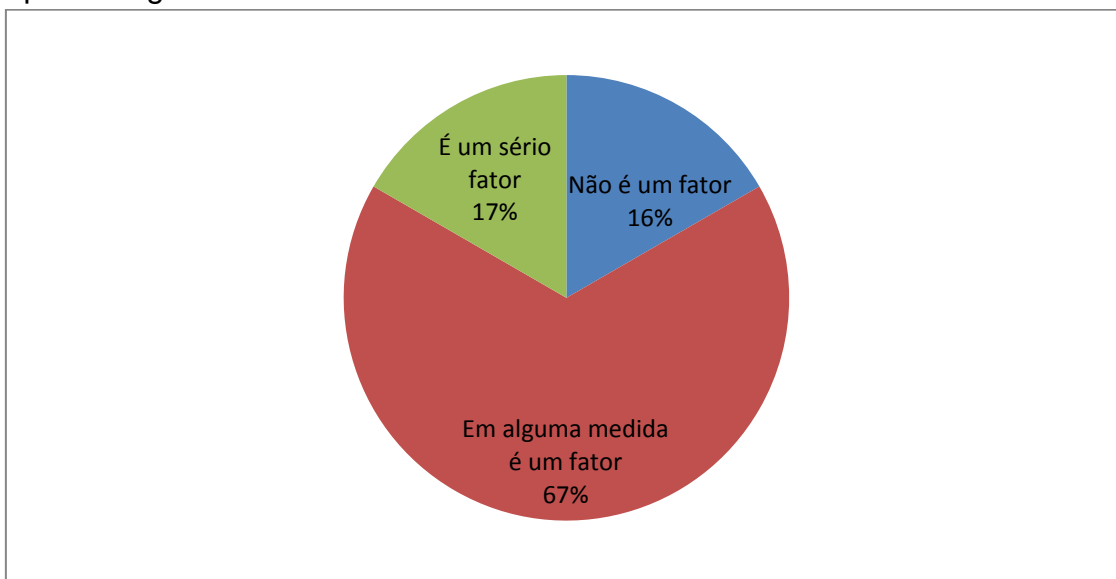
	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Concordo	4	33,3	33,3	33,3
Fortemente Concordo	5	41,7	41,7	75,0
Discordo	2	16,7	16,7	91,7
Discordo Fortemente	1	8,3	8,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Para uma melhor visualização segue um gráfico sobre o Quadro 55:

Gráfico 1: facilitador estrutura

Questão 14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 36: diretor estrutura

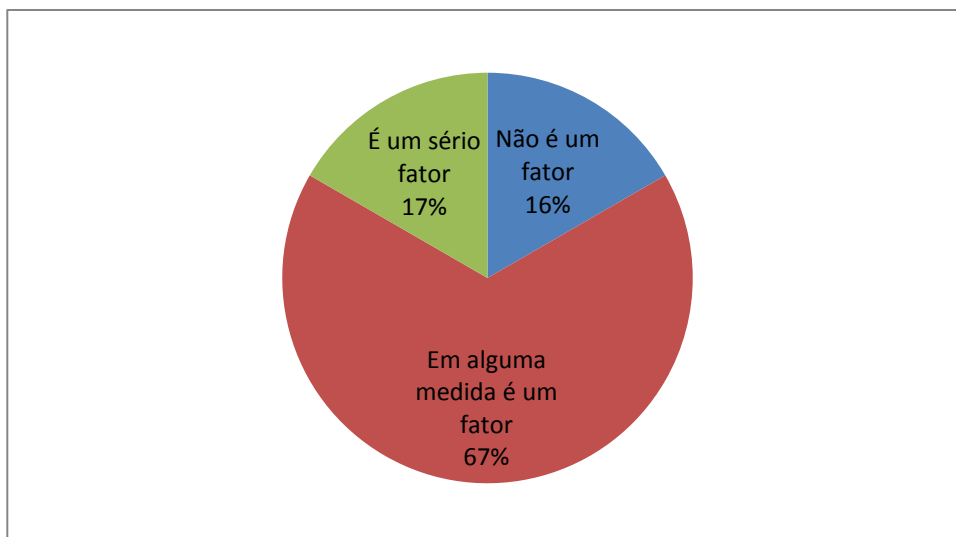
Questão 17. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	6	46,2	46,2	46,2
	Fortemente				
	Concordo	5	38,5	38,5	84,6
	Discordo	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 2: diretor estrutura

Questão 17. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Para uma melhor compreensão das ações da OSCIP levantamos os dados sobre as ações realizadas nas escolas participantes. O maior impacto causado pelas OSCIP em relação aos diretores pesquisados foram ao apoio a formação continuada dos professores onde essas ações, como cursos e palestras, possibilitaram a ampliação do leque de conhecimento e práticas pedagógicas dos professores onde alguns diretores opinaram de forma expressiva na questão Na sua opinião, quais os impactos da atuação dos parceiros na melhoria da qualidade da sua escola?

D-1: “Oportunidade de formação para os professores, maior envolvimento de toda a equipe, apoio à gestão”.

D-3 “A presença da parceiros da Educação é primordial para nós gestores e escolas, por fortalecer as nossas ações pedagógicas e acompanhar de perto a formação de gestores/professores. Propicia inúmeras ações estritamente ligadas ao pedagógico e dispõe de um grupo técnico – profissional altamente qualificado e principalmente conhecedor da realidade da escola pública. Em virtude disto, consegue promover a emancipação de nossas escolas através do apoio pedagógico efetivo e muito significativo durante todo o processo de ensino e aprendizagem.”

D-4: “1 – Reforma e estrutura física da escola - 2 – Formação continuada dos professores - 3 – Projeto de apoio a comunidade - 4 – Apoio pedagógico aos professores”.

D-6: “Pode-se considerar que a escola evolui muito, principalmente no que diz respeito à formação (professores e equipe gestora). Agradeço muito à parceria pelas conquistas!”.

D-9: “A parceiros da educação vem colaborando de forma significativa nos últimos anos e proporcionando mudanças profundas na formação de equipe escolar que impactam diretamente no desempenho escolar dos nossos alunos”.

D-11: “Acredito que a parceiros está sendo fundamental na melhoria da qualidade de ensino, uma vez que contribui na atualização profissional da equipe escolar, bem como na aprendizagem direta do aluno, através do reforço escolar”.

Nota-se que o apoio do facilitador tem um grande significado na construção do planejamento e desenvolvimento das ações, gerando impactos positivos na motivação (fazer sem culpa) da melhoria nas escolas participantes.

E os facilitadores em sua na questão destacaram também sobre a formação continuada: Na sua opinião, quais os impactos da atuação dos parceiros na melhoria da qualidade da sua escola?

F-1: “A formação de professores oportunizou a melhora no desempenho escolar dos alunos. O investimento contínuo em língua portuguesa e matemática pode ser observado nos resultados da escola, nas avaliações externas”.

F-2: “-Formação dos professores auxilia numa melhor forma de trabalhar com alunos.

-Acompanhamento dos projetos pedagógicos apoiando coordenadores e professores.

-Recuperação dos alunos com baixo rendimento, fazendo com que recuperem conteúdos defasados para que consigam acompanhar normalmente as aulas.”

F-3: “Impacto na aprendizagem dos alunos”.

F-5: “Atuam na qualidade da melhoria da escola. É um apoio importante e proveitoso. Traz para a escola reflexões extremamente importantes para o desenvolvimento pedagógico dos gestores e professores, com foco no aluno”.

F-6: “- Formação contínua de coordenadores, professores e gestores
- Reforço aos alunos na sala de informática
- Avaliação de desempenho dos alunos acompanhados de reflexão e utilização dos resultados para nortear novas ações”.

F-7: “Toda ajuda fornecida pelos parceiros é muito importante na melhoria da qualidade da escola e aprendizagem dos alunos”.

Já nas respostas dos facilitadores, nota-se uma segurança pela experiência dos anos trabalho compartilhando a segurança necessária para a construção e desenvolvimento dos trabalhos nas escolas participantes.

Onde a questão 27 comprovou que a opinião dos diretores sobre a formação continuada foi unânime e no gancho da formação continuada junto com o planejamento anual buscamos revelar a importância dos levantamentos dos resultados, onde a OSCIP faz semestralmente uma avaliação com os alunos para indicar as melhorias alcançadas e planejar os pontos que não foram atingidos. Essa prática é bem aceita pelas escolas participantes diretores e facilitadores (Quadro 44 onde 11 concordaram fortemente das treze respostas e Quadro 63 das doze respostas 9 concordaram fortemente) na qual o reforço escolar vem como uma das soluções positivas para sanar as dificuldades dos alunos – práticas desenvolvidas junto com a OSCIP (Quadro 36 - Questão 17. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos? – 6 concordaram fortemente, 5 concordam e 2 discordam e no Quadro 55 - Questão 14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos? – 4 concordaram fortemente, 5 concorda, 2 discordaram e 1 discordou fortemente).

Quadro 46: diretor coordenadores.

Questão 27. A formação continuada dos Coordenadores e Professores tiveram/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	13	100,0	100,0	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 66: facilitador continuada

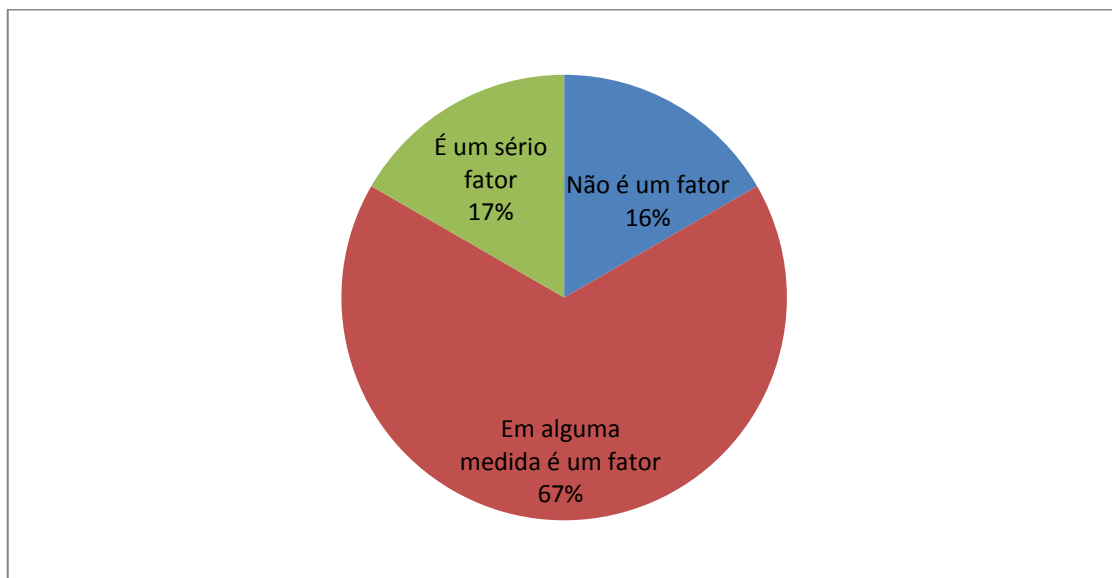
Questão 24. A formação continuada dos Coordenadores e Professores teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	8	66,7	66,7	66,7
	Concordo	3	25,0	25,0	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 3: facilitador continuada

Questão 24. A formação continuada dos Coordenadores e Professores teve/tem impacto na escola?

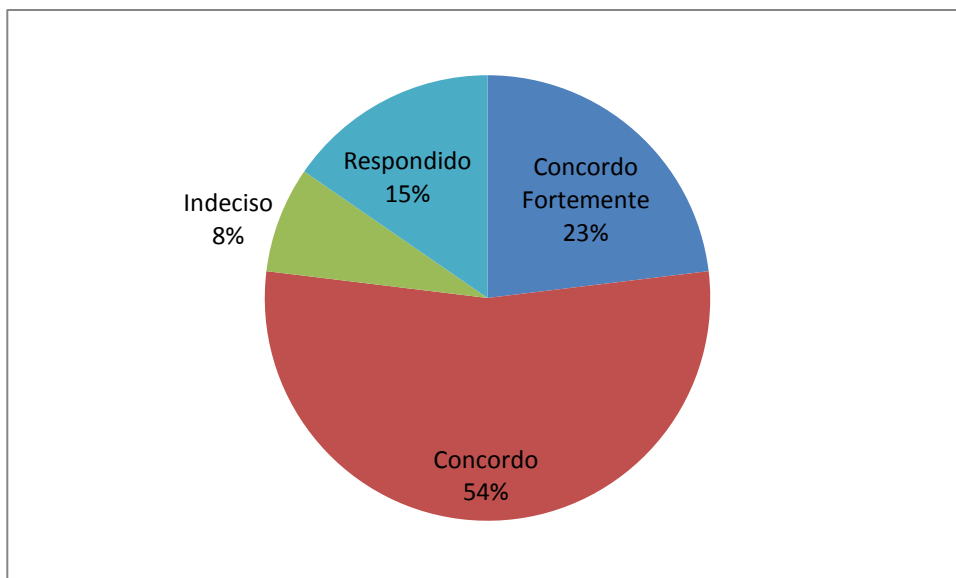


Fonte: Coleta de dados da pesquisa

A OSCIP incentiva as escolas participantes a terem projetos sociais em sua comunidade, tais como a parceria com o empresário que por intermédio da OSCIP realiza cursos de culinária (bolos, cookies entre outras receitas) para a comunidade, proporcionando uma renda extra aos pais dos alunos; a organização de atividades esportivas para o bairro; e o incentivo à leitura nos finais de semana e férias onde os pais participam da leitura e escrevem um relatório sobre como foi a experiência. Mesmo assim, ainda há muito a fazer comparando com os resultados dos quadros 37, 38, 56 e 57.

Gráfico 6: diretor valores (quadro 37)

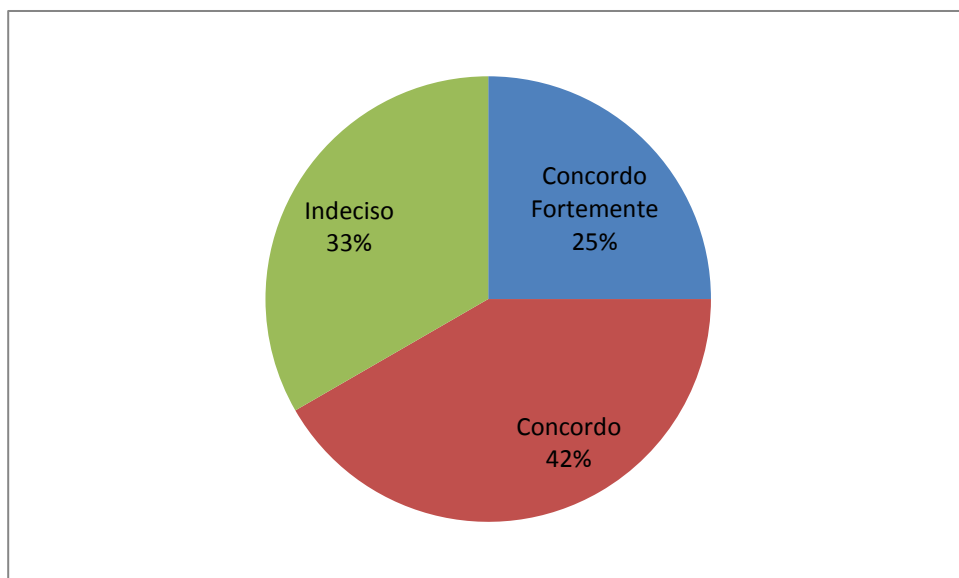
Questão 18. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 7: diretor comunitário (quadro 38)

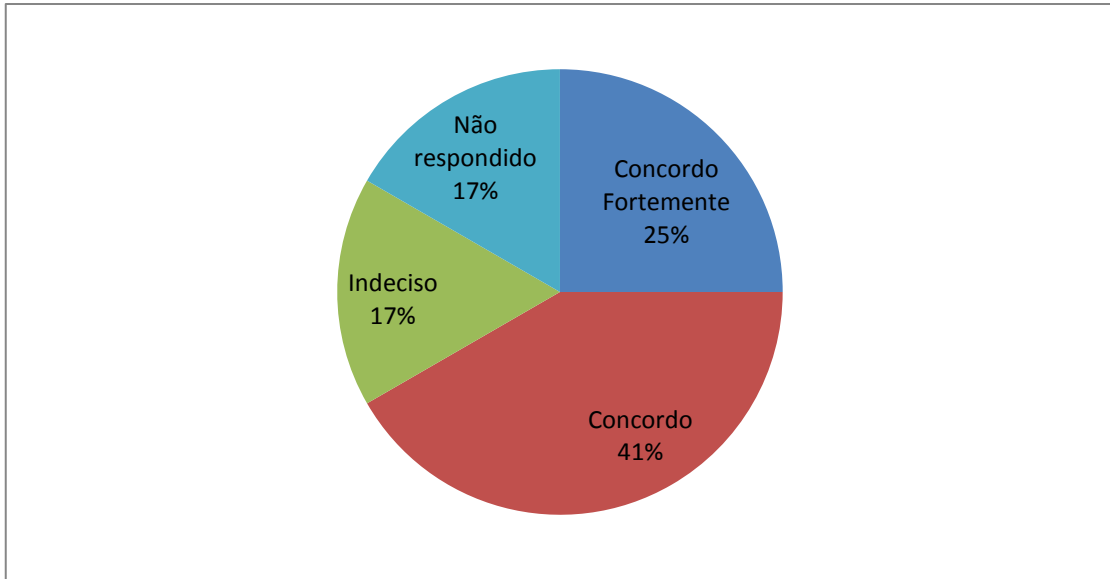
Questão 19. O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 8: facilitador valores (quadro 56)

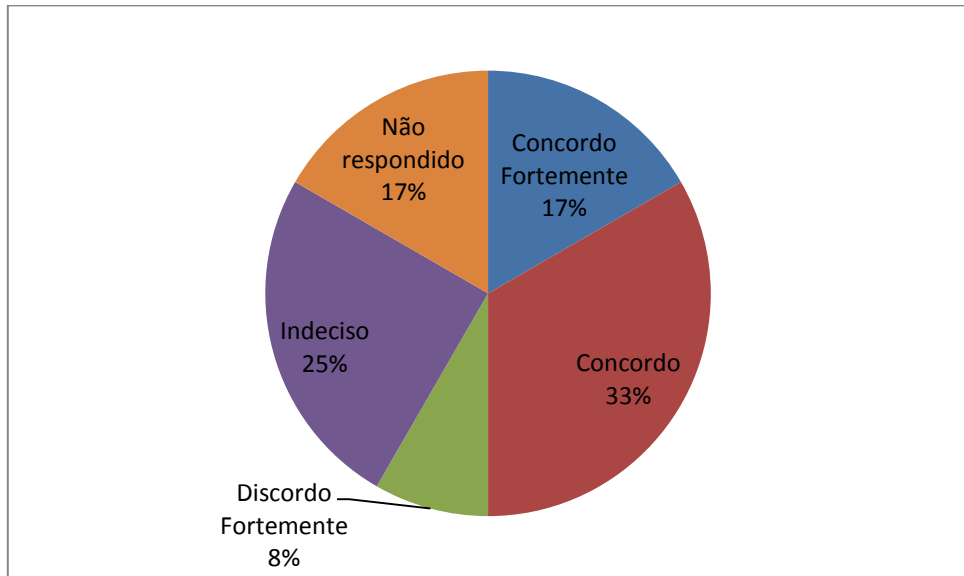
Questão 15. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Gráfico 9: facilitador comunidade (quadro 57)

Questão 16. O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola? ?



Fonte: Coleta de dados da pesquisa

O maior impacto foi a troca de experiência dos facilitadores (com experiência de anos trabalhando na educação) com o diretores em alguns casos sem o conhecimento necessário para superar as adversidades das comunidade/escola, onde o papel do empresário em sua maioria das vezes de financiar os projetos criados pela escola/facilitador.

Considerações Finais

Nesta pesquisa buscou-se verificar se a OSCIP impactou, de forma efetiva, as escolas participantes por intermédio de ações de responsabilidade social e de educação sociocomunitária.

Os dados coletados contribuíram, de forma significativa para a pesquisa, pois, após leitura e registro de todas as respostas, foi possível constatar que a OSCIP ajudou com o desenvolvimento das ações sociais, administrativas e pedagógicas das escolas participantes.

Nas primeiras impressões foi constatado que o termo educação sociocomunitária é desconhecido, gerando um enorme interesse no assunto. Os dois maiores impactos causados pela OSCIP foram o desenvolvimento dos planejamentos anuais das escolas e o oferecimento de cursos e treinamentos pedagógicos continuados nos quais o resultado foi imediato aos alunos das escolas. Mas, para isso, é fundamental para o alcance dos objetivos da parceria o apoio e a cooperação de todos os envolvidos como diretores, coordenadores, professores e funcionários da escola, já que qualquer atividade da OSCIP é feita em função dessas delegações apoiadas pela experiência dos facilitadores, que ajudam a ampliar as ideias e as ações que a escola pode proporcionar aos seus alunos e à comunidade.

Para os diretores, coordenadores e professores os impactos de maior relevância foram:

- Planejamento da gestão pedagógica da escola onde a relevância maior sobre a troca de conhecimento entre a experiência do setor privado com o setor público

- Apoio à gestão: o planejamento diário e a facilidade de investir de forma rápida nas ações possibilitou alcançar as metas pré-estabelecidas.

- Apoio pedagógico: o auxílio em cursos e palestras destinados aos professores, coordenadores e diretores alcançou melhorias no ensino impactando no rendimento dos alunos.

- Investimento na infraestrutura: em unanimidade o investimento na estrutura foi positivo no bem estar e motivação dos alunos e todos que compõem a escola (reformas da cozinha, refeitório, biblioteca, sala de leitura, informática, etc).

O que menos impactou nas ações da OSCIP foi:

- Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG): já que o governo oferece seu próprio sistema de gerenciamento onde ter um sistema da OSCIP caracteriza como uma realização de controle sobre as ações da escola.

- Outro ponto que caracteriza certo controle é a avaliação realizada com aos alunos das escolas participantes já que qualquer ajuda de qualquer OSCIP deve ser de caráter filantrópico e não de controle.

O estreitamento das relações entre as escolas e comunidade possibilitou o fortalecimento da APM que se tornou mais ativa nas atividades escolares, gerando maior cuidado e impacto nas relações entre a escola e comunidade, criando, assim, um espaço cidadão por intermédio das escolas participantes.

Algo muito presente em todo o contato com a equipe da OSCIP e funcionários das escolas foi o cooperativismo aliado à vontade de melhorar as condições de ensino nas escolas, buscando tornar esse ambiente num ambiente transformador para os alunos e para comunidade. WILLIAMSON (1992) afirma que, “a cooperação tem um valor ‘em si’ como modo mais humano e ético de alcançar uma relação social mais eqüitativa, desenvolvida e em acordo ao que se espera como potencialidade individual e social do ser humano” em síntese a “cooperação pode ocorrer em resposta a normas sociais e culturais aceitas, pode assumir um valor em si mesmo (características culturais de um grupo social ou constituir um instrumento na consecução de um fim qualquer)”.

A OSCIP pareceu ser fundamental na potencialização das ideias sociais nas escolas, gerando um início de mudança na imagem da escola perante a

comunidade, e dando a oportunidade dos profissionais das escolas desenvolverem projetos que auxiliam o ensino dos alunos/cidadãos, mas sempre lembrando que a responsabilidade das escolas públicas é do governo e que quaisquer atividades extras tem apenas o caráter de apoio e não de obrigação de administração.

Na educação sociocomunitária uma dos possíveis indicativos de melhoria para a OSCIP é de selecionar facilitadores além sua experiência na área poderia se representada por uma pessoa da própria comunidade que vive as adversidades da comunidade da escola gerando um maior impacto nas ações sociais das escolas participantes, uma ação sociocomunitária deve ser feita de dentro para fora, a comunidade buscando soluções para a sua própria melhoria.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4a ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ANDERSON, Perry (1995), “Balanço do neoliberalismo”, in Pósneoliberalismo – As Políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra.
- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- ASHLEY, P. A. A Responsabilidade Social nos Negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (org.). Ética e responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 2-16.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos- 2ªedição- São Paulo: Cortez, 2008
- BIANCONI, M. L.; CARUSO, F.. Apresentação: Educação não formal. Ciência & Cultura, v.57, n.4, São Paulo, out./dez. 2005.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995.
- CABRAL-CARDOSO, Carlos. Ética e Responsabilidade Social, Comportamento Organizacional e Gestão 21 Temas e Debates para o século XXI. Lisboa/Portugal, 2002.
- CABRAL-CARDOSO, Carlos. Ética e Responsabilidade Social, in GOMES, Jorge F. S., REGO, Armênio. (coord) Comportamento Organizacional e Gestão. Lisboa, Editora RH, 2006.
- CALIXTO, L. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil: Um Estudo

ongitudinal. In: **Anais do XXXI ENANPAD**. Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

CARROL, A.B., 1979 . A Three dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review* (pre-1986); Oct 1979; 4, 000004; ABI/INFORM

CEPAL. UNESCO. Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

Comissão Européia Livro Verde. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Responsabilidade_social. Acesso em 21 de março de 2013.

COSTA, Waybe Barbosa dos Santos da. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano X - N.º 18 - 1.º Semestre/2008

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000

DRUCKER, P. *Introdução à administração*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

FERNADES, Rubem. César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Dumaré, 2002.

FERREL, O.C., FRAEDRICH, J., FERREL, L. *Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. Reichmann & Affonso Editora. Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Paulo. *Poder local, participação popular e construção da cidadania*, 1995. In: FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, 1995,

FREITAS, Luiz Carlos de. *Ciclos, Seriação e Avaliação: Confrontos de Lógicas*,

SP, Moderna, 2005.

GENTILI, P.; SILVA, T.T. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILLI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M.G.M. Educação não-formal e cultura Política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e des- nacionalização. São. Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Hebe S. O estado, o terceiro setor e o mercado: uma tríade completa. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

HARVEY, D. (1989) the condition of postmodernity: na enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell Publishers.

Educação para crescer <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/parceria-porto-seguro-407546.shtml>, acesso em 10 de agosto de 2013.

LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

LUZ, L.X. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr.-jun. 2011

MARSHALL, T. H.. Cidadania, Classe Social e Status. Trad. de Meton Porto

Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967,

MARTINS, Marcos Francisco. Ensino técnico e Globalização: cidadania ou submissão?. Autores Associados. Campinas SP, 2000.

MARTINS, M. EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.106 –130, dez. 2007

MÉSZÁROS, István. O poder da Ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. S. - 2000 O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde .São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.

MORAES, Antonio Carlos de. – O projeto Neoliberal e o mito do Estado mínimo. 2001

O que as empresas podem fazer pela educação São Paulo: CENPEC: Instituto Ethos, 1999. Vários autores.

Vários autores. Parceiros da Educação. www.parceirosdaeducacao.com.br. Visitado em 06/07/2013

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle / Luiz Carlos Bresser Pereira. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma gerencial de 1995. In: Burocracia e reforma do Estado. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. (Cadernos Adenauer). Para Pereira (2001);

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

RÜCKERT, Ernesto Von <http://wolfedler.blogspot.com.br/2012/05/qual-o-papel-do-estado-na-sociedade.html>, 2013

RODRIGUES, José dos Santos (1998). O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados.

RODRIGUES e PARENTE Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 22 - 1º Semestre/2010

ROTHGIESSER, Tanya. Sociedade civil brasileira e o terceiro setor. Disponível em: www.terceirosetor.org.br. Acesso em: 20 de abril de 2013.

SANTOS, Manoel Isaú. Da educação social à educação sócio comunitária e os salesianos. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.26, p.2 –24, jun. 2007 - ISSN:

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação. 9. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVAGE, G. T., Nix, T. W., Whitehead, C. J., & Blair, J. D. (1991). Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. *Academy of Management Executive*, 5(2), 61-75.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade Social Corporativa: Limites e Possibilidades. **RAE – Eletrônica**, v. 3, n. 1, 2004.

SERPA, Maria do Carmo Aboudib Varella. Terceiro Setor: retrospectiva histórica, avanços e desafios. In: ESPÍRITO SANTO (Estado). Ministério Público. Terceiro

Setor: Fundações e entidades de interesse social. Vitória: CEAFF, 2004.

SHIROMA, Eneida, MORAES, Maria Célia Marcondes de e EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOMES, Paulo de Tarso.. Educação Sócio-comunitária: delimitações e perspectivas. Revista de Ciências da Educação. Lorena: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, n. 18, p. 43-63, Jan/Jun2008

De VRIES, Josef, Comunidade, ap. BRUGGER, Walter. Dicionário de Filosofia.

WILLIAMSON,Guillermo J.M. Castro (1992) *Educação e Cooperação: História Social e Educacional de uma Organização Camponesa*. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação(Tese de Doutorado)

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995–2000).2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

ANEXOS

Anexo I

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Regulamento

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. [Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002](#)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo

administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do

Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º Fimdo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm (11/07/2013)

ANEXO II

Portaria SME - Institui o Programa “Parceiros da Educação”, no âmbito da Secretaria Municipal

Publicado em: 29/04/2010 - 12:53

Informações do DO - GT Educação

Portaria SME nº 2.558, de 28 de abril de 2010 - Institui o Programa “Parceiros da Educação”, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, CONSIDERANDO:

- A competência legal de SME para implementar a Política Educacional Municipal;
- Que as ações governamentais na área educacional podem e devem buscar a parceria com a iniciativa privada, visando à promoção da melhoria da qualidade de ensino na cidade de São Paulo, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído junto à Secretaria Municipal de Educação, o Programa “Parceiros da Educação” para atendimento às Escolas Municipais de Ensino Fundamental, visando contribuir para formação integral de alunos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. A Unidade Educacional, por meio da Associação de Pais e Mestres - APM, poderá desenvolver ação conjunta com a comunidade, por meio de entidades representativas da sociedade civil, Indústrias, Empresas, Comércio e outras, com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de ensino sem quaisquer ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo.

Art.3º. A parceria será firmada por meio de Projeto e de Protocolo de Intenções a ser aprovada pelo Conselho de Escola, mediante parecer da Diretoria Regional de Educação e homologação da Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação – SME/ATP.

Art.4º. Do Projeto referido no artigo anterior, constará o Plano de Ação, que deverá ser atualizado anualmente e de comum acordo na forma prevista no Protocolo de Intenções, e considerará quatro vertentes:

- I- apoio pedagógico;
- II- apoio à gestão;
- III- integração comunidade/ escola;
- IV- apoio à infraestrutura.

Parágrafo Único - A apuração dos resultados da parceria será feita anualmente e dar-se-à mediante avaliação do Projeto combinado com os resultados da Prova São Paulo.

Art.5º. O Protocolo de Intenções a ser firmado pelas APMs das Unidades Educacionais:

- I- vigorará pelo período de 12(doze) meses, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos, se não houver manifestação em contrário por um dos partícipes, em forma de documento escrito;
- II- poderá ser alterado, mediante termo de aditamento específico, tendo em vista a conveniência e interesse dos partícipes;
- III- poderá ser rescindido durante o prazo de vigência por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles, de forma expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 6º. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I- Constituir Comitê Gestor, sob a coordenação da Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação – SME/ATP, que atuará como articulador das ações do presente Programa, tendo como objetivos:
 - a) assegurar que os Projetos estejam condizentes com as Diretrizes Educacionais da Secretaria Municipal de Educação;
 - b) definir junto à (s) Diretoria (s) Regional (is) de Educação forma (s) de acompanhamento dos projetos junto às Unidades Educacionais;
 - c) estimular a autonomia de gestão, apoiando mecanismos que promovam Projetos de parcerias, a partir da iniciativa das Unidades Educacionais;
 - d) compatibilizar as ações entre os órgãos da SME, de modo a torná-las complementares e integradas.

Parágrafo Único – Caberá à Assessoria Técnica e de Planejamento da SME definir a constituição do Comitê Gestor bem como as formas de acompanhamento das parcerias.

Art. 7º. Às Entidades representativas da sociedade civil que firmarem parcerias caberá:

- a) designar um Coordenador que detenha experiência na área pedagógica para a gestão da parceria;
- b) elaborar, junto com as Unidades Educacionais, projetos condizentes com o objetivo do Programa;
- c) investir em recursos financeiros e, eventualmente, humanos para a realização dos projetos propostos.

Art. 8º. Os casos omissos, que surgirem na vigência do acordo, serão solucionados por consenso dos partícipes, em termo aditivo, ouvida a Diretoria Regional de Educação e, se necessário, a SME/ATP.

Art. 9º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 29 de abril de 2010)

Apêndice A

Prezado Diretor

Na qualidade de aluno do Mestrado em Educação Sociocomunitária do UNISAL – Americana, venho solicitar a sua colaboração no sentido de responder este questionário, cujos dados obtidos serão utilizados na elaboração de minha dissertação de Mestrado. Agradeço pela sua valiosa colaboração. O questionário é anônimo e sigiloso, com objetivo acadêmico.

Paulo Roberto Lourenço

Mestrando em Educação Sociocomunitária

1. Idade

() 18 a 25 anos - () 26 a 35 anos - () 36 a 45 anos - () 46 a 55 anos -

() acima de 56 anos

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Formação:

() Superior - () Especialização - () Mestrado - () Doutorado

() Outros Qual?

4. Há quanto tempo você trabalha em Educação? _____ anos

5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas:			
	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
atividades físicas/motoras			
Desenho			
Inglês			
conhecimentos gerais			
Leitura			
Informática			
Matemática			
Português			

Em relação à sua Escola:			
	Não é um fator	Em alguma medida é um fator	É um sério fator
6. Em que medida a rotatividade dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
7. Em que medida a falta de tempo para o trabalho em equipe dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
8. Em que medida a apatia dos profissionais da escola é um fator que impede o melhoramento da escola?			
9. Em que medida a falta de habilidades e conhecimento por parte de alguns professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
10. Em que medida a falta de uma avaliação dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
11. Em que medida a dificuldade de demitir professores pouco envolvidos é um fator que impede o melhoramento da escola?			
12. Em que medida estudantes problemáticos é um fator que			

impede o melhoramento da escola?			
13. Em que medida pais apáticos com relação à escolarização dos filhos é um fator que impede o melhoramento da escola?			
14. Em que medida a desconfiança entre professores e pais é um fator que impede o melhoramento da escola?			
15. Em que medida a falta de envolvimento da comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?			
16. Em que medida problemas sociais na comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?			

Em relação ao Projeto Parceiros da Educação:	CF = Concordo Fortemente C = Concordo D= Discordo DF = Discordo Fortemente I = Indeciso				
	CF	C	D	DF	I
17. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?					
18. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?					
19. O Projeto Educador Comunitário:					

Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola?					
20. A Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas teve/tem impacto na escola?					
21. O Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações teve/tem impacto na escola?					
22. A Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento teve/tem impacto na escola?					
23. A Manutenção e monitoria do laboratório de informática e da sala de leitura teve/tem impacto na escola?					
25. O Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.) teve/tem impacto na escola?					
26. A Avaliação de desempenho dos alunos teve/tem impacto na escola?					
27. O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?					
28. A Formação continuada dos Coordenadores e Professores teve/tem impacto na escola?					

29. Na sua opinião, quais os impactos da atuação dos parceiros na melhoria da qualidade da sua escola?

Apêndice B

Prezado Facilitador.

Na qualidade de aluno do Mestrado em Educação Sociocomunitária do UNISAL – Americana, venho solicitar a sua colaboração no sentido de responder este questionário, cujos dados obtidos serão utilizados na elaboração de minha dissertação de Mestrado. Agradeço pela sua valiosa colaboração. O questionário é anônimo e sigiloso, com objetivo acadêmico.

Paulo Roberto Lourenço

Mestrando em Educação Sociocomunitária

1. Idade

() 18 a 25 anos - () 26 a 35 anos - () 36 a 45 anos - () 46 a 55 anos -

() acima de 56 anos

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Formação:

() Superior - () Especialização - () Mestrado - () Doutorado

() Outros Qual?

4. Há quanto tempo você trabalha em Educação? _____ anos

5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas:			
	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
atividades físicas/motoras			
Desenho			
Inglês			
conhecimentos gerais			
Leitura			
Informática			
Matemática			
Português			

Em relação à sua Escola:			
	Não é um fator	Em alguma medida é um fator	É um sério fator
6. Em que medida a falta de tempo para o trabalho em equipe dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
7. Em que medida a apatia dos profissionais da escola é um fator que impede o melhoramento da escola?			
8. Em que medida a falta de habilidades e conhecimento por parte de alguns professores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
9. Em que medida a falta de uma avaliação dos Professores/ Diretores/Coordenadores é um fator que impede o melhoramento da escola?			
10. Em que medida pais apáticos com relação à escolarização dos filhos é um fator que impede o melhoramento da escola?			
11. Em que medida a desconfiança entre Professores/Diretores/Coordenadores e pais é um fator que impede o melhoramento da escola?			
12. Em que medida a falta de envolvimento da comunidade é um			

fator que impede o melhoramento da escola?			
13. Em que medida problemas sociais na comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?			

Em relação ao Projeto Parceiros da Educação:	CF = Concordo Fortemente C = Concordo D= Discordo DF = Discordo Fortemente I = Indeciso				
	CF	C	D	DF	I
14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?					
15. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?					
16. O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola?					
17. A Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas teve/tem impacto na escola?					
18. O Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações teve/tem impacto na escola?					
19. A Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento teve/tem impacto na escola?					

20. A Manutenção e monitoria do laboratório de informática e da sala de leitura teve/tem impacto na escola?					
21. O Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.) teve/tem impacto na escola?					
22. A Avaliação de desempenho dos alunos teve/tem impacto na escola?					
23. O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?					
24. A Formação continuada dos Coordenadores e Professores teve/tem impacto na escola?					

25. Na sua opinião, quais os impactos da atuação dos parceiros na melhoria da qualidade da sua escola?

Apêndice C

Ficha de visitação/entrevista de escolas

Primeiras Impressões:

Perfil da Escola:

Perfil do aluno:

Perguntas - Projeto Parceiros da Educação:	Primeiras impressões
A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem	

dos alunos?	
Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?	
O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola?	
A Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas teve/tem impacto na escola?	
O Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações teve/tem impacto na escola?	
A Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento teve/tem impacto na escola?	
A Manutenção e monitoria do laboratório de informática e da sala de leitura teve/tem impacto na escola?	
O Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.) teve/tem impacto na escola?	
A Avaliação de desempenho dos alunos teve/tem impacto na escola?	
O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?	
A Formação continuada dos Coordenadores Pedagógicos e Professores teve/tem impacto na escola?	

Quais os maiores impactos do Parceiros da Educação na escola?

Maiores dificuldades nas ações sociais da escola?

Apêndice D

Quadro 1: diretor idade

Questão 1. Idade

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	26 a 35 anos	1	7,7	8,3	8,3
	36 a 45 anos	3	23,1	25,0	33,3
	46 a 55 anos	4	30,8	33,3	66,7
	acima de 56 anos	4	30,8	33,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	
Não	Respondido	1	7,7		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 2: diretor sexo

Questão 2. Sexo

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Feminino	11	84,6	84,6	84,6
	Masculino	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 3: diretor formação

Questão 3. Formação

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Superior	3	23,1	23,1	23,1
	Especialização	8	61,5	61,5	84,6
	Mestrado	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 4: diretor tempo

Questão 4. Há quanto tempo você trabalha em Educação

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	12	1	7,7	8,3	8,3
	15	1	7,7	8,3	16,7

	17	2	15,4	16,7	33,3
	18	1	7,7	8,3	41,7
	20	1	7,7	8,3	50,0
	24	1	7,7	8,3	58,3
	25	1	7,7	8,3	66,7
	27	1	7,7	8,3	75,0
	28	1	7,7	8,3	83,3
	31	1	7,7	8,3	91,7
	35	1	7,7	8,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	
Não	Respondido	1	7,7		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 5: físicas/motoras diretor

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: atividades *físicas/motoras*

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	3	23,1	23,1	23,1
Muito	10	76,9	76,9	100,0
Importante				
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 6: diretor desenho

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: *Desenho*

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	7	53,8	53,8	53,8
Muito	6	46,2	46,2	100,0
Importante				
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 7: diretor inglês

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Inglês

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	5	38,5	38,5	38,5
Muito Importante	8	61,5	61,5	100,0
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 8: diretor conhecimentos gerais

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Conhecimentos gerais

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	1	7,7	7,7	7,7
Muito Importante	12	92,3	92,3	100,0
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 9: diretor leitura

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Leitura

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Muito Importante	13	100,0	100,0	100,0
Total				

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 10: diretor informática

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Informática

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	1	7,7	7,7	7,7
Muito Importante	12	92,3	92,3	100,0
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 11: diretor matemática

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Matemática

	Frequência %	Valido %	Somatória %
Valido Importante	1	7,7	7,7
Muito	12	92,3	100,0
Importante			
Total	13	100,0	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 12: diretor português

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Português

	Frequência %	Valido %	Somatória %
Valido Muito	13	100,0	100,0
Importante			

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 25: diretor rotatividade

Questão 6. Em que medida a rotatividade dos professores é um fator q impede o melhoramento da escola?

	Frequência %	Valido %	Somatória %
Valido Não é um fator	2	15,4	15,4
Em alguma medida é 4 um fator		30,8	46,2
É um sério fator	7	53,8	100,0
Total	13	100,0	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 26: diretor falta de tempo

Questão 7. Em que medida a falta de tempo para o trabalho em equipe dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência %	Valido %	Somatória %
Valido Não é um fator	1	7,7	7,7
Em alguma medida 3		23,1	30,8

é um fator				
É um sério fator	9	69,2	69,2	100,0
Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 27: diretor apatia

Questão 8. Em que medida a apatia dos profissionais da escola é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	3	23,1	23,1	23,1
	Em alguma medida	1	7,7	7,7	30,8
	é um fator				
	É um sério fator	9	69,2	69,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 28: diretor habilidade

Questão 9. Em que medida a falta de habilidades e conhecimento por parte de alguns professores é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Em alguma medida	6	46,2	46,2	46,2
	é um fator				
	É um sério fator	7	53,8	53,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 29: diretor avaliação

Questão 10. Em que medida a falta de uma avaliação dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	4	30,8	30,8	30,8
	Em alguma medida	3	23,1	23,1	53,8
	é um fator				
	É um sério fator	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 30: diretor demitir

Questão 11. Em que medida a dificuldade de demitir professores pouco envolvido é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	1	7,7	7,7	7,7
	Em alguma medida	3	23,1	23,1	30,8
	é um fator				
	É um sério fator	9	69,2	69,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 31: diretor estudante

Questão 12. Em que medida estudantes problemáticos é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	3	23,1	23,1	23,1
	Em alguma medida	5	38,5	38,5	61,5
	é um fator				
	É um sério fator	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 32: diretor relação

Questão 13. Em que medida pais apáticos com relação à escolarização dos filhos é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Em alguma medida	7	53,8	53,8	53,8
	é um fator				
	É um sério fator	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 33: diretor desconfiança

Questão 14. Em que medida a desconfiança entre professores e pais é um

fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	3	23,1	25,0	25,0
	Em alguma medida é um fator	5	38,5	41,7	66,7
	É um sério fator	4	30,8	33,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	
Não	Respondido	1	7,7		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 34: diretor envolvimento

Questão 15. Em que medida a falta de envolvimento da comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	1	7,7	7,7	7,7
	Em alguma medida é um fator	4	30,8	30,8	38,5
	É um sério fator	8	61,5	61,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 35: diretor sociais

Questão 16. Em que medida problemas sociais na comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	1	7,7	7,7	7,7
	Em alguma medida é um fator	8	61,5	61,5	69,2
	É um sério fator	4	30,8	30,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 36: diretor estrutura

Questão 17. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	6	46,2	46,2	46,2
	Concordo	5	38,5	38,5	84,6
	Discordo	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 37: diretor valores

Questão 18. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	3	23,1	27,3	27,3
	Concordo	7	53,8	63,6	90,9
	Indeciso	1	7,7	9,1	100,0
	Total	11	84,6	100,0	
Não	Respondido	2	15,4		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 38: diretor comunitário

Questão 19. O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade – Escola – Pais teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	3	23,1	25,0	25,0
	Concordo	5	38,5	41,7	66,7
	Indeciso	4	30,8	33,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	

Não Respondido	1	7,7
Total	13	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 38: diretor sig

Questão 20. A Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	1	8,3	9,1	90,9
	Discordo	5	41,7	45,5	54,5
	Discordo Fortemente	3	25,0	27,3	81,8
	Indeciso	2	8,3	9,1	100,0
	Total	11	91,7	100,0	
Não Respondido		2	16,6		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 40: diretor pedagógica

Questão 21. O Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	10	76,9	76,9	76,9
	Concordo	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 41: diretor plano

Questão 22. A Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo Fortemente	11	84,6	84,6	84,6
	Concordo	2	15,4	15,4	100,0

Total 13 100,0 100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 42: diretor lab

Questão 23. A Manutenção e monitoria do laboratório de informática e da sala de leitura teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	7	53,8	53,8	53,8
	Fortemente				
	Concordo	4	30,8	30,8	84,6
	Discordo	1	7,7	7,7	92,3
	Indeciso	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 43: diretor aquisição

Questão 24. O Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.) teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	12	92,3	92,3	92,3
	Fortemente				
	Concordo	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados

Quadro 44: diretor alunos

Questão 25. A Avaliação de desempenho dos alunos teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	11	84,6	84,6	84,6
	Fortemente				
	Concordo	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 45: Resposta da questão 26 alfa diretor

Questão 26. O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	9	69,2	75,0	75,0
	Fortemente				
	Concordo	2	15,4	16,7	91,7
	Indeciso	1	7,7	8,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	
Não	Respondido	1	7,7		
Total		13	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 46: diretor coordenadores.

Questão 27. A formação continuada dos Coordenadores e Professores tiveram/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	13	100,0	100,0	100,0
	Fortemente				

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Na questão 30 buscamos deixar um canal aberto para a opinião dos diretores sobre o Parceiros da Educação onde tivemos 12 respostas:

D-1: “Oportunidade de formação para os professores, maior envolvimento de toda a equipe, apoio à gestão”.

D-2: “Forte impacto, em relação ao apoio para alcançar as metas, com as capacitações realizadas”.

D-3 “A presença da parceiros da Educação é primordial para nós gestores e escolas, por fortalecer as nossas ações pedagógicas e acompanhar de perto a formação de gestores/professores. Propícia inúmeras ações estritamente ligadas ao pedagógico e dispõe de um grupo técnico – profissional altamente qualificado e principalmente conhecedor da realidade da escola pública. Em

virtude disto, consegue promover a emancipação de nossas escolas através do apoio pedagógico efetivo e muito significativo durante todo o processo de ensino e aprendizagem.”

D-4: “1 – Reforma e estrutura física da escola - 2 – Formação continuada dos professores - 3 – Projeto de apoio a comunidade - 4 – Apoio pedagógico aos professores”.

D-5: “A formação de professores, coordenadores e equipe gestora foi e sempre será de muita importância para elevar a qualidade pedagógica da nossa escola, como também melhoria na infraestrutura”

D-6: “Pode-se considerar que a escola evoluiu muito, principalmente no que diz respeito à formação (professores e equipe gestora). Agradeço muito à parceria pelas conquistas!”.

D-7: “Sem dúvida todas as ações da parceria contribuem muito com a qualidade de aprendizagem dos alunos (melhoria na qualidade), mas quero ressaltar a importância do: apoio pedagógico, monitoria da sala de informática e formação contínua para gestão e professores”.

D-8: “A parceria incentiva os professores com as capacitações, que trazem novas metodologias e estratégias de trabalho diferenciados”.

D-9: “A parceria da educação vem colaborando de forma significativa nos últimos anos e proporcionando mudanças profundas na formação de equipe escolar que impactam diretamente no desempenho escolar dos nossos alunos”.

D-10: “Bom, na estrutura física da escola, a parceria possibilita ótimas mudanças, já os parceiros na parte pedagógica, com cursos, palestras, qualificações e atividades integrativas ajudou muito na interação aprendizagem/conhecimento.”

D-11: “Acredito que a parceria está sendo fundamental na melhoria da qualidade de ensino, uma vez que contribui na atualização profissional da equipe escolar, bem como na aprendizagem direta do aluno, através do reforço escolar”.

D-12: “A parceiros fornece-nos um olhar externo sobre o trabalho, disponibiliza uma ampliação das possibilidades de projetar na escola, mobiliza e motiva a reflexão sobre o trabalho pedagógico na escola, seja pelo âmbito da formação seja pelo desempenho do aprendiz (aluno)”.

Apêndice E

Quadro 13: facilitador idade

Questão 1. Idade

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	26 a 35 anos	1	8,3	8,3	8,3
	36 a 45 anos	3	25,0	25,0	33,3
	46 a 55 anos	1	8,3	8,3	41,7
	acima de 56 anos	7	58,3	58,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 14: facilitador sexo

Questão 2. Sexo

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Feminino	11	91,7	91,7	91,7
	Masculino	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 15: facilitador formação

Questão 3. Formação

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Superior	4	33,3	33,3	33,3
	Especialização	8	66,7	66,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 16: facilitador tempo

Questão 4. Há quanto tempo você trabalha em Educação

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	10	1	8,3	8,3	8,3
	18	1	8,3	8,3	16,7
	20	1	8,3	8,3	25,0
	22	2	16,7	16,7	41,7

30	3	25,0	25,0	66,7
34	1	8,3	8,3	75,0
40	2	16,7	16,7	91,7
43	1	8,3	8,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 17: facilitador física/motoras

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: atividades físicas/motoras

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	3	25,0	25,0	25,0
Muito Importante	9	75,0	75,0	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 18: facilitador desenho

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Desenho

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	5	41,7	41,7	41,7
Muito Importante	7	58,3	58,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 19: facilitador inglês

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Inglês

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	6	50,0	54,5	54,5
Muito Importante	5	41,7	45,5	100,0
Total	11	91,7	100,0	

Não Respondido	1	8,3
Total	12	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 20: facilitador conhecimentos gerais

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Conhecimentos gerais

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	3	25,0	25,0	25,0
Muito Importante	9	75,0	75,0	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 21: facilitador leitura

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Leitura

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Muito Importante	12	100,0	100,0	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 22: facilitador informática

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Informática

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Importante	5	41,7	41,7	41,7
Muito Importante	7	58,3	58,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 23: facilitador matemática

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Matemática

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
--	------------	---	----------	-------------

Valido Muito Importante	12	100,0	100,0	100,0
-------------------------	----	-------	-------	-------

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 24: facilitador português

Questão 5. Assinale o grau de importância dos conteúdos e disciplinas: Português

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Muito Importante	12	100,0	100,0	100,0

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 47: facilitador falta tempo

Questão 6. Em que medida a falta de tempo para o trabalho em equipe dos professores é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Em alguma medida 2 é um fator	2	16,7	16,7	16,7
É um sério fator	10	83,3	83,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 48: facilitador apatia

Questão 7. Em que medida a apatia dos profissionais da escola é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Não é um fator	1	8,3	8,3	8,3
Em alguma medida 2 é um fator	2	16,7	16,7	25,0
É um sério fator	9	75,0	75,0	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 49: facilitador habilidade

Questão 8. Em que medida a falta de habilidades e conhecimento por

parte de alguns professores é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Em alguma medida 3 é um fator	3	25,0	25,0	25,0
É um sério fator	9	75,0	75,0	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 50: facilitador avaliação

Questão 9. Em que medida a falta de uma avaliação dos Professores/Diretores/Coordenadores é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Não é um fator	1	8,3	8,3	8,3
Em alguma medida 6 é um fator	6	50,0	50,0	58,3
É um sério fator	5	41,7	41,7	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 51: facilitador pais apáticos

Questão 10. Em que medida pais apáticos com relação à escolarização dos filhos é um fator que impede o melhoramento da escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Em alguma medida 7 é um fator	7	58,3	58,3	58,3
É um sério fator	5	41,7	41,7	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 52: facilitador desconfiança

Questão 11. Em que medida a desconfiança entre Professores/Diretores/Coordenadores e pais é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	1	8,3	8,3	8,3
	Em alguma medida	7	58,3	58,3	66,7
	é um fator				
	É um sério fator	4	33,3	33,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 53: facilitador envolvimento

Questão 12. Em que medida a falta de envolvimento da comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	2	16,7	16,7	16,7
	Em alguma medida	8	66,7	66,7	83,3
	é um fator				
	É um sério fator	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 54: facilitador sociais

Questão 13. Em que medida problemas sociais na comunidade é um fator que impede o melhoramento da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Não é um fator	2	16,7	16,7	16,7
	Em alguma medida	6	50,0	50,0	66,7
	é um fator				
	É um sério fator	4	33,3	33,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 55: facilitador estrutura

Questão 14. A reforma da estrutura física da escola tem/teve impacto direto na aprendizagem dos alunos?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
--	--	------------	---	----------	-------------

Valido	Concordo	4	33,3	33,3	33,3
	Fortemente				
	Concordo	5	41,7	41,7	75,0
	Discordo	2	16,7	16,7	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Fortemente				
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 56: facilitador valores

Questão 15. Os programas voltados para o desenvolvimento de valores, educação para paz (com pais e alunos) e orientação profissional, teve impacto na qualidade da comunidade da escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatóri a %
Valido	Concordo	3	25,0	30,0	30,0
	Fortemente				
	Concordo	5	41,7	50,0	80,0
	Indeciso	2	16,7	20,0	100,0
	Total	10	83,3	100,0	
Não	Respondido	2	16,7		
Total		12	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 57: facilitador comunidade

Questão 16. O Projeto Educador Comunitário: Integração Comunidade - Escola – Pais teve/tem impacto na escola? ?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	2	16,7	20,0	20,0
	Fortemente				
	Concordo	4	33,3	40,0	60,0
	Discordo	1	8,3	10,0	70,0
	Fortemente				

	Indeciso	3	25,0	30,0	100,0
	Total	10	83,3	100,0	
Não	Respondido	2	16,7		
Total		12	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 58: facilitador sig

Questão 17. A Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento (SIG) nas escolas teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória
Valido	Concordo	1	8,3	9,1	9,1
	Fortemente				
	Concordo	5	41,7	45,5	54,5
	Discordo	3	25,0	27,3	81,8
	Discordo	1	8,3	9,1	90,9
	Fortemente				
	Indeciso	1	8,3	9,1	100,0
	Total	11	91,7	100,0	
Não	Respondido	1	8,3		
Total		12	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 59: facilitador apoio

Questão 18. O Apoio à coordenação pedagógica e à direção no desenvolvimento das ações teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	10	83,3	83,3	83,3
	Fortemente				
	Concordo	1	8,3	8,3	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 60: facilitador plano

Questões 19. A Elaboração, com a escola, de um Plano de Ação anual e o seu acompanhamento teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	9	75,0	75,0	75,0
	Fortemente				
	Concordo	1	8,3	8,3	83,3
	Discordo	1	8,3	8,3	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Fortemente				
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 61: facilitador lab

Questão 20. A Manutenção e monitoria do laboratório de informática e sala de leitura teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória
Valido	Concordo	5	41,7	45,5	45,5
	Fortemente				
	Concordo	5	41,7	45,5	90,9
	Discordo	1	8,3	9,1	100,0
	Total	11	91,7	100,0	
Não	Respondido	1	8,3		
Total		12	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 62: facilitador professores

Questão 21. O Apoio Pedagógico aos Professores (aquisição de materiais pedagógicos para os projetos dos professores, saídas culturais, etc.) teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	9	75,0	75,0	75,0
	Fortemente				
	Concordo	2	16,7	16,7	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 63: facilitador desempenho

Questão 22. A Avaliação de desempenho dos alunos teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	0	1	8,3	8,3	8,3
	Concordo	9	75,0	75,0	83,3
	Fortemente				
	Concordo	1	8,3	8,3	91,7
	Discordo	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 64: facilitador reforço

Questão 23. O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	8	66,7	72,7	72,7
	Fortemente				
	Concordo	2	16,7	18,2	90,9
	Discordo	1	8,3	9,1	100,0
	Total	11	91,7	100,0	
Não	Respondido	1	8,3		
Total		12	100,0		

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Quadro 65: diretor alfa

Questão 26. O Reforço escolar em alfabetização e aceleração de estudos teve/tem impacto na escola?

		Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido	Concordo	9	69,2	75,0	75,0
	Fortemente				
	Concordo	2	15,4	16,7	91,7
	Indeciso	1	7,7	8,3	100,0
	Total	12	92,3	100,0	
Não	Respondido	1	7,7		
Total		13	100,0		

Quadro 66: facilitador continuada

Questão 24. A formação continuada dos Coordenadores e Professores teve/tem impacto na escola?

	Frequência	%	Valido %	Somatória %
Valido Concordo Fortemente	8	66,7	66,7	66,7
Concordo	3	25,0	25,0	91,7
Discordo	1	8,3	8,3	100,0
Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Na questão 25 buscamos deixar um canal aberto para a opinião dos facilitadores sobre o Parceiros da Educação onde tivemos 7 respostas:

F-1: “A formação de professores oportunizou a melhora no desempenho escolar dos alunos. O investimento contínuo em língua portuguesa e matemática pode ser observado nos resultados da escola, nas avaliações externas”.

F-2: “-Formação dos professores auxilia numa melhor forma de trabalhar com alunos.

-Acompanhamento dos projetos pedagógicos apoiando coordenadores e professores.

-Recuperação dos alunos com baixo rendimento, fazendo com que recuperem conteúdos defasados para que consigam acompanhar normalmente as aulas.”

F-3: “Impacto na aprendizagem dos alunos”.

F-4: “A parceria cria condições para a melhoria da escola ao oferecer formação para os professores, reforço para os alunos com defasagem de aprendizagem, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para o desenvolvimento de projeto pedagógicos e ajuda a escola a organizar e planejar seu trabalho”.

F-5: “Atuam na qualidade da melhoria da escola. É um apoio importante e proveitoso. Traz para a escola reflexões extremamente importantes para o desenvolvimento pedagógico dos gestores e professores, com foco no aluno”.

F-6: “- Formação contínua de coordenadores, professores e gestores
- Reforço aos alunos na sala de informática
- Avaliação de desempenho dos alunos acompanhados de reflexão e utilização dos resultados para nortear novas ações”.

F-7: “Toda ajuda fornecida pelos parceiros é muito importante na melhoria da qualidade da escola e aprendizagem dos alunos”.